

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 094/2023
Data: 02/06/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
AUDITORES FISCAIS VOTAM PROPOSTA DE GREVE E DECISÃO PODE AFETAR O PORTO DE SANTOS	4
CADASTRO OGMO DE TRABALHADOR PORTUÁRIO VINCULADO.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
REABERTO PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA PARA TRATAR DA RECUSA NA ASSUNÇÃO DA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA.....	6
ANTAQ REALIZARÁ LEILÕES DE CINCO TERMINAIS EM AGOSTO	7
APROVADA PRIMEIRA PROPOSTA DE REAJUSTE TARIFÁRIO DA VPORTS.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	8
GOVERNO FEDERAL AMPLIA ADESÃO AO SNE E MORADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO TERÃO DESCONTO EM MULTAS	8
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E UNB AVANÇAM NO PROJETO DE ESCOLA DE INFRAESTRUTURA.....	9
VENDA DIGITAL ULTRAPASSA MARCA DE 200 MIL VEÍCULOS COMERCIALIZADOS EM 19 ESTADOS BRASILEIROS	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – INICIATIVA EMPRESARIAL.....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	11
<i>Girl power 1</i>	12
<i>Girl power 2</i>	12
<i>Tarifas aprovadas</i>	12
<i>Leilões</i>	12
NACIONAL - “REPORTO SERÁ PRIORIDADE NA ARTICULAÇÃO COM O GOVERNO”, DIZEM EMPRESÁRIOS DO SETOR PORTUÁRIO.....	12
NACIONAL - PROGRAMA ZR NEWS ACOMPANHA ATIVIDADES DO ENAPORT DO CONOGMO.....	14
REGIÃO SUDESTE - ANTAQ PRORROGA PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA PARA NOVO TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ..	15
REGIÃO NORDESTE - RELATOR DE COMISSÃO DO HIDROGÊNIO VERDE SUGERE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO RN	16
REGIÃO NORDESTE - PRESIDENTE DA CODERN SOLICITA A ALCKMIN INCLUSÃO DO PORTO DE NATAL NO NOVO PAC ...	17
REGIÃO NORDESTE - GILMARA TEMÓTEO É NOMEADA DIRETORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CODEBA	18
REGIÃO NORTE - PRESIDENTE DA COPI DISCUTE NOVOS INVESTIMENTOS NO TERMINAL INTEGRADOR DE PALMEIRANTE.	18
ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – CONTROLE ADUANEIRO E DESPACHO DE CARGAS PARA IMPORTAÇÃO.....	19
NACIONAL - GOVERNO FEDERAL VAI RETOMAR MANUTENÇÃO DE TRECHOS DA BR-364 NO ACRE	20
REGIÃO CENTRO-OESTE - PREFEITURA DE CAMPO GRANDE ABRE VAGAS EM CURSOS RELACIONADOS À ROTA BIOCEÂNICA.....	21
BE NEWS - VITRINE.....	22
NACIONAL – VEM AÍ NORDESTE EXPORT 2023 - 19 E 20 DE JUNHO	23
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
EXPORTAÇÃO DE SOJA DO BRASIL EM MAIO ATINGIU 2º MAIOR VOLUME DA HISTÓRIA, DIZ SECEX.....	23
UCRÂNIA MANTÉM PREVISÃO DE SAFRA DE GRÃOS APESAR DE MENOR ÁREA PLANTADA	24
JORNAL O GLOBO – RJ.....	25
BNDES FARÁ ESTUDO PARA AVALIAR VIABILIDADE DE EXPLORAR PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS, DIZ MERCADANTE... 25	25
IRRITADO COM VAZAMENTOS, PRESIDENTE DA PETROBRAS AVISA A CONSELHEIROS QUE ABRIU INVESTIGAÇÃO	26
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	27
BNDES INICIOU ESTUDOS SOBRE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS, DIZ MERCADANTE	27
GOVERNO TENTA BARRAR BOMBA DE R\$ 11 BI COM INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS NA DESONERAÇÃO DA FOLHA	29
VALOR ECONÔMICO (SP).....	31
COMEXPORT ASSUME TERMINAL DE VEÍCULOS DA LOG-IN NO PORTO DE VITÓRIA	31
GOVERNADOR DO RIO AGORA ESPERA SOLUÇÃO PARA GALEÃO AINDA ESTE MÊS	32
LULA COBRA RAPIDEZ DE MINISTROS EM NOMEAÇÕES	34
RIO TINTO VAI INVESTIR US\$ 395 MILHÕES EM USINA DE DESSALINIZAÇÃO DA ÁGUA DO MAR	35
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	36
BRASIL: TOTALENERGIES ASSINA CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO DO BLOCO OFFSHORE DE ÁGUA MARINHA.....	36
FPSO ALMIRANTE BARROSO COMEÇA A PRODUIR NO CAMPO DE BÚZIOS.....	36
PRORROGADO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA PARA TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ	37
PETROBRAS APROVA DIRECIONADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2024-28	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 094/2023
Página 3 de 41
Data: 02/06/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

FROTA DE APOIO MARÍTIMO INCORPORA 5 EMBARCAÇÕES.....	39
PETROBRAS TRABALHA PARA AUMENTAR VISIBILIDADE DE CONTRATOS OFFSHORE	40
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	41
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	41



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AUDITORES FISCAIS VOTAM PROPOSTA DE GREVE E DECISÃO PODE AFETAR O PORTO DE SANTOS

Categoria pede regulamentação de gratificação e decisão será tomada na próxima semana

Por: Bárbara Farias



De acordo com o Sindifisco, cada dia de paralisação representa US\$ 250 milhões em tributos que deixam de ser arrecadados aos cofres federais Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Os auditores fiscais da Receita Federal decidirão na próxima semana, em assembleia, os próximos passos da mobilização iniciada em maio. Entre as possibilidades, estão paralisações de um dia por semana e até mesmo greve por tempo indeterminado no Porto de Santos e em outros locais do País. Eles exigem a regulamentação da Lei Federal 13.464/17,

que prevê o cumprimento de um acordo salarial pactuado com o Governo Federal em 2016.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), que mobiliza a categoria, cada dia de paralisação representa US\$ 250 milhões em tributos que deixam de ser arrecadados aos cofres federais. Ontem, houve um ato em frente à Alfândega de Santos, com comparecimento de 55 dos 70 servidores da área que atuam na Cidade.

O acordo firmado há sete anos entre União e Sindifisco consiste no pagamento de uma gratificação variável com base em produtividade, chamada de bônus de eficiência. Primeiro, foi editada uma medida provisória, que depois acabou convertida na Lei Federal 13.464/17. Esta, por sua vez, precisa ser regulamentada por meio de um decreto presidencial para que o bônus variável mensal seja efetivamente pago. Atualmente, os servidores federais recebem um bônus fixo mensal.

Sem perspectiva de um acordo, os auditores iniciaram a mobilização nacional em dezembro de 2021. O movimento afetou a liberação de mercadorias no Porto de Santos, tanto para exportação quanto para importação, com prazos maiores que o habitual para a realização deste trabalho. No ano passado, eles suspenderam a medida em nome de um "voto de confiança" à nova gestão federal. No entanto, como a regulamentação não avançou, de acordo com os auditores, houve a retomada da mobilização.

Segundo o presidente da Delegacia de Santos do Sindifisco, Elias Carneiro, foram programados para a próxima semana alguns eventos, como uma assembleia nacional marcada para segunda e terça-feiras. Nela, será definido se "a paralisação será um dia por semana ou por prazo indeterminado a partir de 13 de junho". De acordo com ele, o Governo Federal não se manifestou. "O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão iria resolver nossa questão em 15 dias, mas já se passaram 20 dias".

Carneiro explica que, este ano, a mobilização ocorre às terças, quartas e quintas. "A tendência é parar todas as aduanas do Brasil em dez dias. A nossa estimativa é que US\$ 250 milhões por dia em tributos deixam de ser recolhidos aos cofres públicos na área aduaneira quando fazemos uma operação-padrão ou a paralisação total, que é o dia sem computador, como foi o caso de hoje (ontem). Ou seja, não tem desembaraço de mercadoria da nossa parte".

Em 2022, o Porto de Santos movimentou 162,4 milhões de toneladas de carga e, neste mesmo ano, por causa da mobilização dos auditores fiscais, R\$ 250 bilhões em mercadorias ficaram parados 40 dias a mais em relação ao prazo normal de despachos, segundo o Sindifisco. O Ministério do Planejamento foi procurado para comentar o assunto, mas não retornou até o fechamento dessa edição.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 02/06/2023

CADASTRO OGMO DE TRABALHADOR PORTUÁRIO VINCULADO

Uma releitura da lei dos portos revela que o sistema Ogmo engloba três tipos de inscrição
Por: Lucas Rênio



Foto: Ilustração: Max

Em agosto de 2021, por ocasião do Congresso Nacional de Direito Portuário organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, eu apresentei a seguinte questão para estudo e debate: a Lei Federal 12.815/2013 prevê que o sistema do Ogmo deve abranger um cadastro de trabalhador portuário para vinculação? Essa reflexão foi inserida, de modo mais amadurecido e fundamentado, na segunda edição do meu livro Temas de Trabalho Portuário, lançada em 2022. E a resposta para tal indagação é: sim!

Uma releitura da lei dos portos revela que o sistema Ogmo engloba três tipos de inscrição: registro de avulso, cadastro de avulso e cadastro de trabalhador portuário vinculado, também conhecido como TP. As duas primeiras modalidades são amplamente conhecidas e têm raiz histórica na influência do sistema português. Lá, na época da Casa do Conto, o trabalho portuário era distribuído entre efetivos, suplentes e homens de rua. Aqui, no período pré-modernização dos portos, nós tínhamos os matriculados e a força supletiva.

A Lei Federal 8.630/1993 assimilou essa sistemática histórica e, ao criar o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), dividiu os trabalhadores portuários avulsos entre registrados e cadastrados. Embora a constitucionalidade dessa categorização seja duvidosa, por ofender o princípio da isonomia, tal padrão organizacional vigora até hoje sem grandes questionamentos.

No âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja na Convenção 137 ou na Recomendação 145, não existe subcategorização: fala-se em matriculados, de forma una, e prega-se a junção de todas as atividades do trabalho portuário numa só, inclusive com a eliminação da diferença entre trabalho a bordo e em terra. Quanto ao cadastro Ogmo de TP vinculado, o Artigo 41 da Lei 12.815/2013 é claríssimo no sentido de que qualquer trabalhador pode realizar cursos preparatórios em instituições reconhecidas pelo Ogmo e, em posse dos certificados, requerer sua inscrição no sistema.

A criação do cadastro e a inclusão do trabalhador não são faculdades do Ogmo, mas sim obrigações. O dispositivo legal é cogente. No trabalho avulso, da maneira como ele ainda funciona no Brasil, há necessidade de controle numérico do contingente e de restrição do acesso via seleção pública. Em países como Portugal e Espanha, isso não se aplica mais, pois nas ETPs (empresas de trabalho portuário) e nos CPEs (centros portuários de emprego) o trabalho temporário - similar ao nosso trabalho avulso - não se submete a reservas de mercado.

Quanto ao trabalho vinculado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porém, não há limite: o cadastro de TP é ilimitado, sem qualquer restrição, pois serve como um grande banco de currículos de trabalhadores certificados pelo Ogmo, que podem concorrer às vagas de emprego no porto. Os TPs cadastrados não terão qualquer acesso às escalas de trabalho avulso, pois isso depende, como



já disse, de submissão a concurso público. Os TPs terão direito, com a chancela do Ogmo, a concorrerem e serem validamente contratados em processos seletivos para vínculo empregatício.

Há diferença, também, quanto às obrigações do Ogmo. No caso dos avulsos, o Ogmo tem obrigação de custear treinamentos, exames, equipamentos etc. Para os TPs, não, pois são os próprios trabalhadores interessados que custeiam seus cursos para apresentação dos certificados perante o Ogmo. O custo com exames, treinamentos e demais providências será suportado pelo operador ou terminal contratante, como ocorre com qualquer vinculação empregatícia.

Enquanto houver reserva de mercado no trabalho portuário brasileiro, o cadastro de TPs deverá ser considerado como parte integrante do sistema Ogmo para esse efeito.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 02/06/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

REABERTO PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA PARA TRATAR DA RECUSA NA ASSUNÇÃO DA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA

Contribuições poderão acontecer no AIR 5 e na minuta de resolução SRG



Prorrogada audiência pública sobre a recusa na assunção da cobrança de sobre-estadia

Brasília 01/06/2023 - A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou a reabertura de prazo da Audiência Pública nº 10/2022, que visa o aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 2.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ 2022/2024. O período de contribuições será de 12 de junho a 02 de julho.

A reabertura de contribuições tratará especificamente de dois temas pertinentes à elaboração do ato normativo. O primeiro trata da Análise de Impacto Regulatório nº5, que analisa os impactos de em tipificações que infrações e penalidades ao transportador marítimo efetivo que não assuma sua responsabilidade em relação aos custos decorrentes com a armazenagem adicional, objetivando dotar a instalação portuária de enforcement quando for direcionar ao transportador essa cobrança.

O segundo documento passível de contribuições é a minuta de Resolução SRG, que estabelece critérios para identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias, de acordo com o previsto no artigo 6º da Resolução ANTAQ nº 72/2022.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de audiência pública estão disponíveis no link Participação Social. Pelo e-mail <anexo_audiencia102022@antaq.gov.br>, o contribuinte poderá anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 02/06/2023

ANTAQ REALIZARÁ LEILÕES DE CINCO TERMINAIS EM AGOSTO

Terminais estão localizados nos estados de Alagoas, Rio Grande do Sul e Ceará



O Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) no Porto de Fortaleza será leiloado junto com os outros terminais no dia 11 de agosto

Brasília 01/06/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará cinco leilões no dia 11 de agosto. O aviso de leilão foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nesta quinta-feira (1º). Tanto o edital quanto os seus anexos serão divulgados no DOU desta sexta-feira (2).

Dos cinco terminais, três estão no Porto de Maceió (AL): os terminais MAC 11, MAC 11A e MAC 12 destinados à movimentação de combustíveis. Já o quarto a ser arrendado será o POA 01, localizado no Porto de Porto Alegre (RS).

O último trata da área denominada Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) no Porto de Fortaleza. Ao fim da matéria, confira a lista dos cinco terminais que irão a leilão no dia 11 de agosto.

TMP

Três certames (MAC 11, MAC 12 e POA 01) já haviam sido aprovados na Reunião Ordinária de Diretoria (ROD) no último dia 19. Já no início da semana, a diretoria da ANTAQ aprovou a realização dos últimos dois dos cinco leilões de arrendamentos, desta vez para os terminais TMP e MAC11A.

A relatora do certame do terminal de passageiros de Fortaleza, diretora Flávia Takafashi, ressaltou que o arrendamento é de área Brownfield, ou seja, que já está em uso ou que já está parcialmente construído. Segundo o voto proferido, “os investimentos novos a serem realizados para a operação se resumem à compra de carrinhos de bagagem e armários tipo locker, havendo ainda a necessidade de investimentos de retrofit em equipamentos atualmente não operacionais no terminal de passageiros”.

Ainda em seu voto, Takafashi concorda com o entendimento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPr) de manter a data-base de abril de 2019, uma vez que o período “atende às expectativas econômico-financeiras do projeto e, por sua vez, garante a devida atratividade ao leilão”.

MAC 11A

Já o terminal MAC 11A, localizado no Porto de Maceió, teve a relatoria do diretor Lima Filho que também foi relator do processo de arrendamento do terminal MAC 11. Durante a leitura de seu voto na ROD do dia 19, o diretor explicou que, ao longo da elaboração processual do terminal MAC 11 de Maceió, houve a necessidade de divisão da área em dois terminais, o MAC 11 e o MAC 11A.

“Vale ressaltar que a área MAC 11 seria maior do que a que se constata na versão atual dos estudos. Durante o debate público travado na fase de instrução processual foram levantadas preocupações de cunho concorrencial que ensejaram a divisão da área em duas, sendo elas a MAC 11 e MAC 11A”, comentou.

Já em seu voto acerca do MAC 11A, Lima Filho afirma que “no caso do petróleo, foi identificado o risco de abuso do poder econômico por parte do futuro arrendatário”. Por este motivo, o diretor definiu o estabelecimento de um preço-teto de R\$ 88,97/tonelada para o combustível.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 02/06/2023

APROVADA PRIMEIRA PROPOSTA DE REAJUSTE TARIFÁRIO DA VPORTS

Essa é a primeira tabela proposta pela concessionária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho



Crédito Vports

Brasília 01/06/2023 - A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou a primeira proposta de reajuste tarifário da Vports, concessionária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho, no Espírito Santo. A aprovação aconteceu na Reunião Ordinária de Diretoria (ROD) desta semana.

Em seu voto, a relatora do processo, diretora Flávia Takafashi, declarou que a proposição da concessionária atende aos requisitos do Contrato de Concessão nº

01/2022. A alteração que merece destaque em relação à proposta feita pela Vports trata da cobrança do Vessel Traffic Management Information System (VTMIS),

O VTMIS é um sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações que busca melhorar a eficiência da movimentação de cargas, utilização dos recursos e infraestrutura do Porto de Vitória, além da organização do tráfego aquaviário na área de fundeio e no canal de acesso.

“Determinar à Concessionária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho (VPorts) que fixe o preço médio como valor a ser cobrado dos usuários à título da rubrica de VTMIS constante da Tabela I, que para o presente caso foi de R\$ 12.104,29, respeitando a isonomia entre os usuários do serviço e realizando a cobrança por unidade de embarcação e de forma desvinculada do porte do navio”, escreveu Takafashi em seu voto.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 02/06/2023

 Governo Federal

 Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO FEDERAL AMPLIA ADEÇÃO AO SNE E MORADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO TERÃO DESCONTO EM MULTAS

Entrada no Sistema de Notificação Eletrônica permite que motoristas recebam infrações em seus dispositivos móveis e realizem o pagamento com abatimento de até 40%



Multas contraídas nas ruas e avenidas locais terão até 40% de desconto - Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Motoristas que transitam pela cidade de São Paulo poderão, a partir desta quarta-feira (1º), pagar multas contraídas nas ruas e avenidas locais com possibilidade de pagamento com até 40% de desconto. Isso ocorre por conta da adesão da prefeitura paulista ao Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), coordenado pelo Ministério dos Transportes, por

meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), com tecnologia desenvolvida pelo Serpro.

Pelo SNE, os motoristas recebem as multas em seus dispositivos móveis e tem a opção de pagar de forma antecipada com desconto. Para usufruir do benefício, o proprietário ou condutor do veículo deve fazer seu cadastro no portal Gov.br e aderir ao SNE através do aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT), disponível na AppStore e Google Play, ou pelo Portal de Serviços Senatran. Além disso, é necessário habilitar o veículo no aplicativo da CDT e reconhecer a infração cometida.

"O Sistema de Notificação Eletrônica é uma relevante ferramenta para atingirmos nosso objetivo de promover uma gestão de trânsito mais eficiente e descomplicada em todo o país. Por isso, desde o início da atual gestão, o Ministério dos Transportes tem se empenhado em reforçar com cada órgão de trânsito do Brasil a importância de eles fazerem parte do SNE", afirma o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Após a habilitação no sistema, o proprietário e/ou condutor passarão a receber todas as notificações eletronicamente, provenientes dos órgãos fiscalizadores que aderiram ao sistema. É possível obter também detalhes sobre cada multa, copiar o código de pagamento e até mesmo indicar o condutor responsável pelo ocorrido.

Mais adesões

Desde maio, todas as multas em rodovias estaduais já podiam ser recebidas por meio da tecnologia após a adesão do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) paulista. Além da prefeitura da capital, também passam a integrar o sistema as prefeituras de Amparo, Campinas, Pindamonhangaba, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Pedregulho, Itararé, Vargem Grande do Sul, Taubaté e Araçatuba.

Até o momento, aderiram ao sistema aproximadamente 1 mil órgãos de trânsito, incluindo Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) e prefeituras, bem como órgãos federais fiscalizadores, como a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 02/06/2023

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E UNB AVANÇAM NO PROJETO DE ESCOLA DE INFRAESTRUTURA

Plano de trabalho estabelecido entre o Governo Federal e a reitoria da universidade federal prevê início de obras ainda em 2023. Reunião entre Renan Filho e Márcia Abrahão detalhou próximos passos



Acordo prevê que a escola seja instalada no espaço destinado ao Parque Científico e Tecnológico da UnB - Foto: Vosmar Rosa/MT

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, deu mais um passo importante nesta quinta-feira (1) para a implantação de uma escola nacional para formação e pesquisa em infraestrutura de transportes. Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, em reunião com a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, as obras podem começar ainda em 2023.

Acordo de cooperação prevê que a Escola Nacional de Infraestrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) seja instalada no espaço destinado ao Parque Científico e Tecnológico da universidade federal, juntamente com outras iniciativas que tragam inovações e desenvolvimento para a comunidade acadêmica.



“Trata-se de um projeto muito importante, que oferecerá um centro de pesquisa e inovação essencial ao governo, além de realizar uma maior integração com a universidade, numa parceria onde as duas partes só têm a ganhar”, destacou o ministro em reunião com a reitora da UnB, o diretor-geral substituto do DNIT, Fabrício Galvão, o diretor do Parque Científico e Tecnológico da UnB, Carlos Gurgel, além de equipes técnicas do DNIT e da universidade.

Pesquisa

Com a missão de se tornar um centro de excelência em infraestrutura no país, a escola também vai permitir acordos com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais, especialmente na área de engenharia.

De acordo com o ministro de Transportes, a escola já conta com orçamento reservado de R\$ 20 milhões para o início das obras. A intenção é que licitação e assinatura da ordem de serviço ocorram no último trimestre do ano. Ao mesmo tempo, o conselho da UnB vai completar tratativas internas que possibilitem levar o projeto para licitação no início do segundo semestre.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 02/06/2023

VENDA DIGITAL ULTRAPASSA MARCA DE 200 MIL VEÍCULOS COMERCIALIZADOS EM 19 ESTADOS BRASILEIROS

Funcionalidade da Carteira Digital de Trânsito foi desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, por meio da Senatran, em parceria com o Sepro, empresa de tecnologia do Governo Federal

O mês de maio chegou ao fim com a marca de 207 mil vendas de automóveis realizadas por meio da Venda Digital, funcionalidade da Carteira Digital de Trânsito (CDT). Lançada em março de 2022 pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, a tecnologia desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) permite realizar a transação comercial sem necessidade de reconhecer firma ou assinar contrato em papel, com a assinatura digital do gov.br e o uso de biometria facial.

Por meio da tecnologia, fica possível a assinatura digital da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículos (ATPV-e) pelo vendedor e comprador, permitindo a comunicação automática da venda por meio do aplicativo CDT (App Store e Google Play), após a autorização do Detran de registro do veículo. O encerramento do processo ocorre com a vistoria do veículo no órgão de trânsito local.

“É muito significativo atingirmos esse volume de negócios realizados por meio da Carteira Digital de Trânsito; sinal de que temos avançado bem nesse objetivo de oferecer aos motoristas brasileiros um sistema simples e seguro de transação comercial”, destaca o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Adesão

A funcionalidade já está disponível em 19 unidades da Federação por meio dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans). A última adesão registrada foi a do Detran de Goiás, no mês passado. Além dele, a funcionalidade pode ser utilizada por veículos do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Ceará, Roraima, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Acre, Sergipe, Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rondônia, São Paulo, Bahia, Tocantins e Alagoas.

“Considerando que se trata de uma adesão facultativa, o fato de já contarmos com 19 Detrans utilizando a Venda Digital, em pouco mais de um ano de lançamento, é muito positivo. A marca de 200 mil vendas também demonstra que os usuários da CDT perceberam como essa funcionalidade contribui para desburocratizar a venda de veículos”, avalia Patrícia Moraes, gerente de uma das divisões do Serpro voltadas para soluções digitais de trânsito.



Maior agilidade

O CDT dispensa a necessidade de reconhecer firma ou realizar qualquer contrato em papel. A funcionalidade permite que a pessoa que quer comprar e a pessoa que quer vender façam a comunicação da venda e assinem a transferência de propriedade usando apenas o aplicativo. Vale ressaltar, contudo, que a tecnologia está disponível apenas para veículos com documentação emitida, por qualquer motivo, a partir de 4 de janeiro de 2021.

A transação tem alto nível de segurança, exigindo a autenticação de quem tem conta prata ou ouro na plataforma do Governo Federal e a biometria facial para a assinatura digital. Para consolidar a venda, o novo proprietário precisa apenas ir ao departamento de trânsito local realizar a vistoria e a transferência do veículo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 02/06/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INICIATIVA EMPRESARIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Lideranças empresariais do setor portuário reforçaram a importância do Reporto como instrumento para impulsionar os investimentos e, ainda, ressaltaram a necessidade da aprovação e extensão do prazo do regime, que prevê isenções fiscais para a importação de equipamentos portuários e é válido até o final do ano. Esses pontos foram destacados nessa quinta-feira, dia 1, em um dos painéis do VIII Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (Enaport), que termina hoje, em Brasília.

O regime tributário do Reporto tem se mostrado essencial para desonerar os investimentos em portos e ferrovias, permitindo que as empresas adquiram máquinas e equipamentos com isenção de impostos federais. Essa medida tem impulsionado o crescimento do setor, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, a validade do programa, até o final do ano, é motivo de grande preocupação. Nesse sentido, a articulação de uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a busca por um acordo com o Congresso Nacional para estender o prazo do Reporto são passos importantes. O apoio do Congresso é fundamental para garantir a continuidade desse regime tributário benéfico ao setor portuário, permitindo que mais investimentos sejam realizados e impulsionando o crescimento econômico.

Vale ressaltar que o Reporto não pode ser deixado de lado no contexto da reforma tributária. A desoneração completa de investimentos e exportações é um dos pilares dessa reforma e beneficia não apenas o setor portuário, mas todos os segmentos da economia. Como consequência, é fundamental que o Governo inclua o Reporto nas discussões sobre a reforma tributária, reconhecendo sua importância e garantindo sua continuidade.

Em resumo, é essencial que as lideranças empresariais e o governo trabalhem juntos para aprovar a extensão do prazo do Reporto. Essa medida é fundamental para impulsionar os investimentos, gerar empregos e promover o crescimento econômico. É hora de unir esforços e colocar em prática as iniciativas necessárias para fortalecer o setor portuário e impulsionar o desenvolvimento do País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/06/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

GIRL POWER 1

Mulheres têm ocupado um papel de destaque no Ministério de Portos e Aeroportos, mais especificamente nas administrações portuárias. Os três mais importantes complexos marítimos federais do Brasil têm suas finanças sob o controle feminino. Na Autoridade Portuária de Santos, a Diretoria de Administração e Finanças tem à frente a advogada Bernadete Bacellar do Carmo Mercier. Na PortosRio, Ana Beatriz Leal responde pela pasta. E ontem, dia 1, a ex-presidente da Companhia Docas da Paraíba, Gilmará Temóteo, foi nomeada como diretora de Gestão Administrativa e Financeira da Companhia Docas da Bahia (Codeba).

GIRL POWER 2

Há cerca de um mês, na abertura do Santos Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento do cais santista, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, destacou a maior presença feminina nas diretorias das autoridades portuárias. E na sequência, admitiu: “Realmente as mulheres são mais cuidadosas com essa questão financeira”.

TARIFAS APROVADAS

A VPorts, concessionária dos portos de Vitória (ES) e Barra do Riacho (ES), teve aprovada sua primeira proposta de reajuste tarifário. O aval foi dado pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na reunião ordinária desta semana. Em seu voto, a relatora do processo, diretora Flávia Takafashi, informou que a proposta da empresa estava dentro dos critérios estabelecidos no contrato de concessão. Entre os novos valores, um se destaca - a taxa pela utilização do VTMS (sigla de Vessel Traffic Management Information System) para terminais privados, que chegou a R\$ 12.104,29.

LEILÕES

Ainda sobre a Antaq, a agência fará o leilão de cinco terminais portuários em 11 de agosto. O aviso da sessão foi publicado na edição dessa quinta-feira do Diário Oficial da União. E na de hoje, dia 2, vão sair os editais de cada certame. Dos cinco, três terminais estão no Porto de Maceió (AL). São o MAC 11, o MAC 11A e o MAC 12, destinados à operação de combustíveis. Ainda há um no Porto de Porto Alegre (RS), o POA 01, para granel sólido vegetal. O quinto é o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza (CE).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2023

NACIONAL - “REPORTO SERÁ PRIORIDADE NA ARTICULAÇÃO COM O GOVERNO”, DIZEM EMPRESÁRIOS DO SETOR PORTUÁRIO

Mecanismo que desonera investimentos em portos e ferrovias foi um dos temas em debate no VIII Enaport

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



A questão do Reporto foi discutida pelos participantes do painel “Estratégias do setor empresarial portuário”, do Enaport Crédito: Reprodução/Fenop

Lideranças empresariais vão priorizar o Reporto em negociações com o Governo. O tema foi debatido ontem (1º), no VIII Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (Enaport), em Brasília. O presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA), Bayard Umbuzeiro Filho, enfatizou que falta segurança jurídica para os

investimentos no setor.

Durante o painel “Estratégias do setor empresarial portuário”, ele criticou as ações do Governo na última quarta-feira (31) pela tramitação da Medida Provisória 1154/2023 que define a nova estrutura



da Esplanada dos Ministérios. O Palácio do Planalto liberou R\$ 1,7 bilhão para que a medida fosse aprovada, segundo o jornal Folha de S. Paulo. “Provavelmente isso caberia em três Reportos”, comentou.

Uma reunião está sendo articulada com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O intuito é que o Congresso Nacional ajude no acordo para estender o prazo do Reporto que está com prazo para até o final de 2023. O deputado Carlos Chiodini (MDB-SC) que faz parte das discussões do setor de portos está se reunindo com os institutos para juntar as demandas da área.

“Essa conversa é permanente, mas ela vai continuar permanente porque o que precisamos é de resultados”, afirmou Roberto Oliva, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).

O Reporto é um regime tributário que desonera investimentos em portos e ferrovias. As empresas beneficiadas pelas medidas podem comprar ou importar no mercado interno máquinas e equipamentos com isenção de impostos federais.

Ricardo Molitzas, diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), também ressaltou que é preciso a desburocratização do setor. “É extremamente importante para o investimento”. Ele reforçou que o empresariado vai lutar para que o reporto continue nos próximos anos.

Também participaram do painel o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino; Murillo Barbosa, presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); e Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do BE News.

Reforma tributária

A reforma tributária também entrou em pauta no evento. Segundo estudos apresentados no painel “Reforma tributária e os impactos no serviço portuário”, com a aprovação da medida, o Produto Interno Bruto (PIB) pode crescer 12% em 15 anos.

“Esse impacto também se estende a todos os setores, absolutamente todos se beneficiam [...] a desoneração completa de investimentos e de exportações é o ponto focal desta reforma e beneficia favoravelmente a todos”, explicou Manuel Procópio Junior, diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

Para a coordenadora da MJ associados, Gabriela Rosa Gardin, a reforma tributária e a discussão do reporto andam juntos. “Mas o Reporto nunca é mencionado no cenário da reforma tributária”, criticou.

“Isso é uma questão muito importante porque se formos observar a janela temporal temos um cenário – no melhor possível – da reforma tributária aprovada no final deste ano, a regulamentação [do Reporto] sendo discutida em 2024 em 2025 o cenário da aplicação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que seria o efeito federal do IVA (Imposto de Valor Agregado)”, explicou.

O texto da reforma tributária ficou para ser apresentado, segundo o deputado relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na próxima terça-feira (6). Os expoentes do setor no evento externaram a preocupação sobre o texto. “Vão ser levados em consideração as perdas e as necessidades do setor?”, questionou a coordenadora.

“Nós vamos caminhar sim para a votação do texto olhando cada setor por setor, o que não podemos fazer é tratar todo mundo diferente como é hoje e já estragar a reforma [...] existem setores mais onerados, outros menos, temos que tentar achar um quesito de justiça que possa gerar competitividade”, defendeu o deputado Chiodini.

Também participaram do debate o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Maranhão, Raul Lamarca Fortes Braga; e o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres, Caio Morel.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/06/2023

NACIONAL - PROGRAMA ZR NEWS ACOMPANHA ATIVIDADES DO ENAPORT DO CONOGMO

Discussões sobre a questão que envolve os trabalhos portuários em pauta
Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



Em entrevista ao jornalista Zerri Torquato, o secretário nacional de Portos, Fabrizio Pierdomenico, destacou a importância de eventos como o Enaport Crédito: Reprodução/ZR News

O programa ZR News, veiculado na Rádio Santa Cecília FM (107,7 FM), dedicou sua edição de ontem (1º) para a cobertura das atividades do VIII Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (Enaport), que teve início na quarta-feira, 31

de maio.

Além do Enaport, outros dois importantes eventos, também em capital federal, fazem parte da programação de palestras e debates: a Conferência Nacional Permanente Fenop de Direito Portuário e o XI Congresso Nacional dos Ogmos (Conogmo).

Entre as autoridades presentes nos primeiros dias do evento estava o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico.

“Evento marcante. Teremos três eventos importantes liderados e capitaneados pela Fenop (Federação Nacional das Operações Portuárias). Um debate extremamente importante para o desenvolvimento do setor portuário, principalmente quando nós temos capital de trabalho andando juntos, de forma harmônica”, disse Pierdomenico ao apresentador do ZR News, o jornalista Zerri Torquato, que vem cobrindo os eventos in loco.

Hoje (2), estão programadas mais atividades da Conferência Nacional Permanente Fenop de Direito Portuário e do Conogmo.

O professor Rafael Pedrosa, coordenador do MBA em Gestão Portuária e Operações Internacionais e da Pós-graduação em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da Universidade Santa Cecília (Unisantia), participou do programa no estúdio e destacou a realização de eventos que debatem e discutem as questões que envolvem o trabalho portuário, além da aproximação do Judiciário com o setor empresarial.

“É um momento único. As discussões sobre as questões do trabalho portuário estão sendo discutidas como nunca. É muito importante ver um Judiciário tão aberto e tão próximo do meio empresarial, para construir pontes, alternativas que possam nos levar a um cenário positivo, enfim, que aumente a competitividade das empresas e que não coloque em conflito essas relações que sempre estiveram tão distantes e que nos últimos anos vem caminhando para uma convergência muito importante a partir dessas aberturas que ocorreram”, analisou.

Santos Export

Todas as quintas-feiras, o Programa ZR News é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. A atração também pode ser acompanhada também pelo

<https://portalbenews.com.br>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/06/2023

REGIÃO SUDESTE - ANTAQ PRORROGA PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA PARA NOVO TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ

Novo Terminal de Uso Privado deve receber, ao longo da concessão, R\$ 3 bi em investimentos
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



O projeto no Porto de Itaguai tem uma estimativa de capacidade para movimentar 20 milhões de toneladas por ano e quase 400 milhões ao longo dos 25 anos de contrato Crédito: Divulgação/PortosRio

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou ontem (1º) a prorrogação do período de Consulta Pública que analisa os documentos técnicos e jurídicos para a licitação do terminal ITG 02, no Porto de Itaguai. De acordo com a agência, as contribuições seguirão até o dia

11 de junho.

A decisão ocorreu durante a Reunião Ordinária de Diretoria Virtual nesta semana. Os diretores acataram os pedidos feitos por contribuintes de prorrogação para que haja maior manifestação popular sobre os estudos e minutas do novo terminal.

No último dia 19 de maio, a Antaq realizou a primeira audiência pública para tratar do empreendimento. Segundo a agência, foram aproximadamente dez contribuições, representando entidades públicas da Prefeitura de Itaguai, associações comerciais e escritórios de advocacia.

O documento que fundamenta a licitação está de acordo com a Resolução Normativa da Antaq nº 85/2022, que estabelece procedimentos para a elaboração e análise de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados.

Os documentos preparatórios para a licitação da instalação portuária estão disponíveis no site oficial da Antaq.

ITG 02

De acordo com a PortosRio, o projeto tem uma estimativa de investimentos na ordem de R\$ 3 bilhões nos primeiros anos de contrato e capacidade para movimentar 20 milhões de toneladas por ano e quase 400 milhões de toneladas ao longo da vigência do contrato, que é de 25 anos, mas que pode ser prolongado.

O futuro empreendimento vai ocupar uma área de 348.937 m² e é considerado de grande relevância para o comércio exterior brasileiro, pois irá viabilizar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção do Quadrilátero Ferrífero.

Segundo estudos prévios realizados pela Autoridade Portuária, nos primeiros anos serão gerados mais de 2,8 mil empregos indiretos durante as obras de implantação. Na operação serão criados 250 empregos diretos e 1,8 mil indiretos.

O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) prevê que o empreendimento contemplará os mais modernos conceitos de ecoeficiência com a adoção de medidas para o uso racional da água e a minimização do consumo de energia elétrica. Estima também que serão implementadas ações de prevenção a fim de minimizar as emissões de particulados, tais como:

adequação do armazenamento do minério, diluição por meio de chaminés elevadas e utilização de equipamentos de controle e monitoramento de poluição.

Os investimentos previstos são na ordem de R\$ 15 milhões em compensação ambiental, mais de R\$ 2 milhões em programas ambientais na fase de obras e R\$ 1,7 milhão anuais para a Gestão Ambiental durante a operação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2023

REGIÃO NORDESTE - RELATOR DE COMISSÃO DO HIDROGÊNIO VERDE SUGERE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO RN

Em requerimento, senador Otto Alencar solicita que o encontro reúna órgãos governamentais, do setor produtivo e do terceiro setor

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Otto Alencar conversa com o presidente da CEHV, Cid Gomes: relator também sugere visita externa a projetos de produção de energia limpa desenvolvidos no Rio Grande do Norte Crédito: Roque de Sá/Agência Senado

O relator da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (CEHV) no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), sugeriu durante reunião do colegiado, na última quarta-feira (31), a realização de uma audiência pública sobre o combustível no Rio Grande do Norte.

No requerimento que apresentou, ele solicita que a audiência pública no RN sobre o novo combustível tenha a presença de órgãos governamentais, do setor produtivo e do terceiro setor, seguida de visita externa a projetos de produção de energia limpa desenvolvidos no estado. O Rio Grande do Norte é o maior produtor de energia eólica do Brasil.

O presidente da CEHV, senador Cid Gomes (PDT-CE), também apresentou requerimentos. O primeiro convida um representante da empresa química Unigel para a audiência pública do colegiado, agendada para 7 de junho, que discutirá o financiamento do parque produtivo de hidrogênio no Brasil.

Cid ressaltou a importância da participação da Unigel durante o debate, já que a empresa anunciou a construção da primeira fábrica de hidrogênio verde do Brasil em escala industrial.

O empreendimento em questão fica em Camaçari, na Bahia, num investimento de 1,5 bilhão de dólares. A fábrica deve ter a primeira de três fases inaugurada no fim deste ano.

O segundo requerimento de Cid prevê visita externa, em 7 de julho, na fábrica experimental de hidrogênio do Parque Tecnológico Itaipu Brasil, atendendo a convite da Itaipu Binacional. A comissão também deve visitar o projeto de bateria de sódio do Parque Tecnológico do local.

A comissão especial sobre hidrogênio verde foi criada em 14 de março pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, com o objetivo de fomentar o novo combustível como fonte energética no Brasil.

Segundo Pacheco, é preciso avaliar políticas públicas e priorizar as propostas em tramitação no Congresso sobre o tema. A comissão é temporária e vai funcionar em 2023 e 2024.

Ceará

Durante o debate “Hidrogênio Verde: inovação e energia limpa no Ceará”, ocorrido no último dia 26, na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), o presidente da Comissão Especial, Cid Gomes, disse que “ninguém vai fazer nada enquanto o Brasil não tiver o marco legal do hidrogênio verde”.

Segundo ele, o caminho para a aprovação da legislação que irá guiar os investimentos no novo combustível é “complicado” porque passa por duas casas do Legislativo, mas garantiu que está estreitando os laços sobre o tema com a Câmara.

“É um assunto tão importante que o Lula quer a participação do Ministério da Fazenda”, ressaltou na ocasião.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2023

REGIÃO NORDESTE - PRESIDENTE DA CODERN SOLICITA A ALCKMIN INCLUSÃO DO PORTO DE NATAL NO NOVO PAC

Nino Ubarana foi recebido pelo vice-presidente e ministro em audiência

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



O diretor-presidente da Codern, Nino Ubarana, disse que recebeu “total disposição de apoio” por parte do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin Crédito: Divulgação/Codern

O diretor-presidente da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Nino Ubarana, solicitou ao vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a inclusão do Porto de Natal no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Nino foi recebido por Alckmin em audiência na quarta-feira (31), e apresentou os pleitos da Companhia. A agenda foi marcada e articulada pelo ex-deputado Rafael Motta.

Entre os pedidos, Nino solicitou apoio na inclusão de ações elencadas pela Codern no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), entre elas a dragagem do Porto de Natal, que foi feita pela última vez há 10 anos.

Segundo ele, o aprofundamento do canal aquaviário do complexo é “imprescindível para a sobrevivência do porto”, já que a profundidade atual de 10 metros limita as operações portuárias.

Ubarana também requereu a derrubada de dispositivo implementado no orçamento pelo governo passado que impede que empresas públicas, como é o caso da Codern, recebam recursos de investimentos se não estiverem incluídas no Plano Nacional de Desestatização.

Nino declarou que a agenda foi “extremamente positiva”. “Recebemos total disposição de apoio por parte de Geraldo Alckmin e saímos com a esperança renovada de que dias melhores vão chegar para a Codern e o Porto de Natal”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2023

REGIÃO NORDESTE - GILMARA TEMÓTEO É NOMEADA DIRETORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CODEBA

Advogada é ex-presidente da Companhia Docas da Paraíba
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Atualmente, Gilmaria Temóteo é diretora-executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), entidade que também já presidiu Crédito: Divulgação/Abeph

Gilmaria Temóteo é a nova diretora de Gestão Administrativa e Financeira da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), que administra os portos Aratu, Ilhéus e Salvador.

O termo de posse saiu hoje (1º), após o nome dela ser aprovado pelo Conselho de Administração da Autoridade Portuária, na quarta-feira (31). O mandato de Gilmaria será de dois anos.

A executiva é ex-presidente da Companhia Docas da Paraíba (CDP), que administra o Porto de Cabedelo. Ela ficou no cargo de 2015 até o início de 2023.

Atualmente, Gilmaria é diretora-executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), entidade que também já presidiu.

Ela é advogada com atuação nas áreas Trabalhista e Cível, bacharel em processamento de dados, com especializações em Direito Processual e MBA em Logística e Supply Chain, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/06/2023

REGIÃO NORTE - PRESIDENTE DA COPI DISCUTE NOVOS INVESTIMENTOS NO TERMINAL INTEGRADOR DE PALMEIRANTE

Reunião com o secretário de Estado da Indústria do Tocantins envolveu também projeto de implantação de usina solar no terminal

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do Tocantins, Carlos Humberto Lima, recebeu os representantes da Copi Crédito: Arthur Silva/Governo do Tocantins



O diretor-presidente da Companhia Portuária do Itaqui (Copi), Guilherme Elarrat Eloy, se reuniu no último dia 26 com o secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do Tocantins, Carlos Humberto Lima, para discutirem os planos que envolvem o Terminal Integrador de Palmeirante (Tipa), no Tocantins.

Durante o encontro, os dois falaram sobre as propostas para o desenvolvimento e investimentos em infraestrutura para o ativo e sobre o projeto de implantação de uma usina fotovoltaica no local, que alimentaria a operação no terminal.

Operado pela Copi em parceria com a VLI, o terminal de transbordo de Palmeirante é integrado ao Porto do Itaqui pela Ferrovia Norte-Sul, formando um corredor logístico de transporte de fertilizantes no Arco Norte.

Até o momento, o corredor já transportou cerca de 100 mil toneladas de cargas, entre soja e milho, e há expectativa de que o volume chegue a 500 mil toneladas até o fim deste ano.

“O ambiente logístico oferecido pelo Tocantins é um diferencial e atrai o interesse de novos investidores”, disse Lima.

Ele explicou que a secretaria pode auxiliar nos projetos da Copi através da política de desenvolvimento econômico do Estado, “pois o objetivo da nossa pasta é criar condições basilares para atrair novos investimentos, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável do Tocantins”, afirmou.

Sobre o projeto de instalação de uma futura usina fotovoltaica no terminal, Guilherme disse que “isso gera economia, mas, principalmente, agrega sustentabilidade às nossas operações com o uso de uma matriz energética mais limpa. Foi uma conversa muito produtiva e saímos muito satisfeitos em poder contribuir para o desenvolvimento e crescimento do estado”, declarou.

O terminal

O TIPA tem localização estratégica, próximo às principais fronteiras agrícolas do Brasil, representando um dos maiores investimentos da VLI no Corredor Centro-Norte. Faz conexão com a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que também tem acesso à Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/06/2023

ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – CONTROLE ADUANEIRO E DESPACHO DE CARGAS PARA IMPORTAÇÃO

Por **MILENA CASTRO** redacao@portalbenews.com.br

O Artigo 9 é o mais curto de todo o Acordo de Facilitação do Comércio. Em compensação, é enorme o impacto que ele gera nos setores logístico/portuário, nos recintos alfandegados e no fluxo do comércio exterior.

Ele recomenda que cada país signatário permita que os bens para importação circulem, sob controle aduaneiro, de uma unidade aduaneira de entrada a outra em seu território, “a partir de onde venham a ser liberados ou submetidos a despacho aduaneiro.”

No Brasil, o trânsito aduaneiro supera o modelo recomendado pelo AFC, podendo ocorrer entre quaisquer pontos do território nacional, enquanto o despacho é feito em outros locais distantes da área primária, que fica liberada pra receber novas cargas.

E aqui vale contar um caso interessante, que remete à criação e à vocação da ABTRA. No final dos Anos 1980, as grandes filas de cargas de importação que ficavam paradas nos cais portuários aguardando despacho aduaneiro levaram agentes no Porto de Santos a se unir para resolver o problema. Assim, bem antes que os conceitos de “parceria público-privada” e “port community system” se popularizassem, em 1996 as empresas reunidas na ABTRA investiram no

desenvolvimento do primeiro sistema de controle aduaneiro, o DTe, gerido pela autoridade aduaneira no maior complexo portuário brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/06/2023

NACIONAL - GOVERNO FEDERAL VAI RETOMAR MANUTENÇÃO DE TRECHOS DA BR-364 NO ACRE

Ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou uma autorização para ordens de serviço orçadas em R\$ 174,9 milhões

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



Os trechos da BR-364/AC que tiveram obras autorizadas foram classificados pelo próprio Ministério dos Transportes como “em péssimo estado” Crédito: Divulgação

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou uma autorização para ordens de serviço que permitem a retomada da manutenção de 116 quilômetros na BR-364/AC. A rodovia é a única ligação terrestre entre a capital do Acre, Rio Branco, e a cidade de Cruzeiro do Sul, também no estado. Os trechos foram classificados pelo próprio Ministério como “em péssimo estado”.

A assinatura foi feita na terça-feira (30), na sede do Ministério dos Transportes, em Brasília, e contou com a presença do governador do Acre, Gladson de Lima Cameli, por meio de videoconferência, e do presidente da Apex, Jorge Viana.

Com as assinaturas das ordens de serviço, ficam garantidas as obras entre o rio Gregório e o rio Liberdade (km 620,9 ao km 682,9), no lote 7, e entre o rio Branco e o rio Andirá (km 125 até o km 179), no lote 2.

Estão previstos R\$ 174,9 milhões para manutenção e conservação, que serão executados por meio das equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) através da ordem do Ministério dos Transportes.

“Vamos mudar a realidade desta rodovia, que estava em péssimo estado de conservação pela falta de investimentos públicos. A retomada da manutenção e da conservação vai gerar empregos, renda e dar segurança viária para todas as milhares de pessoas que trafegam pelos dois lotes”, disse Renan Filho.

O ministro ressaltou que o investimento só foi possível através do reforço orçamentário no Ministério dos Transportes. Segundo ele, estão previstos R\$ 293,3 milhões para aplicar em obras de manutenção e ampliação de capacidade nas rodovias federais que cortam o Acre.

A BR-364/AC faz parte da Rodovia Marechal Rondon, a única via que liga a região Norte à região Sudeste do Brasil com mais de 4,2 mil quilômetros de extensão. Ela sai da cidade paulista de Cordeirópolis e corta os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia até chegar ao município acreano de Mâncio Lima. Pela estrada passam produtos da pecuária, agricultura familiar e extração de madeira por meio de manejo florestal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2023

REGIÃO CENTRO-OESTE - PREFEITURA DE CAMPO GRANDE ABRE VAGAS EM CURSOS RELACIONADOS À ROTA BIOCEÂNICA

Cidade quer preparar população para mercado de trabalho que virá com o desenvolvimento do projeto

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Segundo a Prefeitura de Campo Grande, podem se inscrever nos cursos relacionados à Rota Bioceânica pessoas entre 15 e 29 anos e que residam na cidade Crédito: Divulgação

O TRAÇADO TOTAL DA BIOCEÂNICA TERÁ 2.396 QUILOMETROS E PERCORRERÁ O BRASIL, PARAGUAI, ARGENTINA E CHILE, ENCURTANDO O TEMPO DE VIAGEM DAS EXPORTAÇÕES DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO À CHINA E AO JAPÃO

A Prefeitura de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, quer preparar sua população para o mercado de trabalho que deve surgir com a implementação do projeto da Rota Bioceânica – corredor rodoviário que vai ligar o Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, passando principalmente por cidades da região Centro-Oeste do país, entre elas Campo Grande.

Com a megaestrada é esperado que os segmentos de turismo e hotelaria se desenvolvam ao mesmo tempo que as atividades logísticas.

Por isso, a prefeitura da cidade abriu 900 vagas em cursos relacionados à Rota. Podem se inscrever pessoas entre 15 e 29 anos e que residam na cidade. As aulas começam neste mês, terão duração de 12 meses e serão geridas pela Secretaria Municipal da Juventude (Sejuv).

Os cursos oferecidos são: espanhol; liderança e ética profissional; gestão de equipe e administração; inovação e alta performance; qualidade no atendimento aos stakeholders; atendimento ao turista e hotelaria; gestão e produção de eventos; planejamento estratégico e econômico; técnicas de vendas e atendimento; marketing digital e e-commerce; gestão de contratos e compras governamentais; e tecnologia em logística.

Segundo o secretário da Sejuv, Maicon Nogueira, o destaque é para o curso de espanhol, que será um diferencial no currículo dos jovens e essencial com a futura conexão entre os países da América do Sul.

Rota Bioceânica

O traçado total da Bioceânica terá 2.396 quilômetros e percorrerá o Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, encurtando o tempo de viagem das exportações do Centro-Oeste brasileiro à China e ao Japão em duas semanas, já que as cargas sairão dos portos chilenos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2023

BE NEWS - VITRINE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

BRASÍLIA NA ROTA PORTUÁRIA

Com organização da Federação Nacional das Operações Portuárias - FENOP, aconteceram o Encontro Nacional das Atividades de Operações Portuárias (ENAPORT), o Congresso Nacional dos OGMOS (CONOGMO), e a Conferência Nacional Permanente FENOP de Direito Portuário, eventos que agitam a Capital Federal esta semana, recebendo quase 200 pessoas entre autoridades governamentais e executivos dos setores portuário, logística e infraestrutura



Também prestigiando os eventos, o diretor de Assuntos Corporativos da BTP e conselheiro do Sindicato dos Operadores Portuários de São Paulo - Sopesp, Joel Contente, e o vice-presidente do Sopesp, Leonardo Ribeiro

A diretora-executiva da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), e diretora do Mulheres & Portos, Cristina Dutra, uma das homenageadas durante o Evento, ao lado do presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, anfitrião dos três dias de muito debate produtivo, encontros importantes e networking



Em click para a coluna Vitrine, a recém-nomeada diretora de Gestão Administrativa e Financeira da Companhia Docas do Estado da Bahia - Codeba, Gilmará Temóteo, o presidente do Nordeste Export e consultor da Merco Shipping, Aluisio Sobreira, a advogada, consultora e conselheira do Brasil Export, Laine Meira, e o diretor comercial do Brasil Export, Marcio Delfim



ENQUANTO ISSO, EM LISBOA...

A Associação dos Portos de Língua Portuguesa (APLOP) e a Associação dos Portos de Portugal (APP) realizaram a conferência "Direito Portuário e Marítimo" na última segunda-feira, em Lisboa. O evento contou com executivos do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Portugal



Na foto à esquerda, o presidente do Porto de Sines, Luís Cacho, o presidente do Porto de Cabo Verde, Ireneu Camacho, o diretor da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - Antaq, Almirante Wilson Lima Filho, e o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira

À direita, os diretores do Porto Lisboa, Manuela Patrício e Tiago Fernandes, anfitriões do evento



NACIONAL – VEM AÍ NORDESTE EXPORT 2023 - 19 E 20 DE JUNHO
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



NORDESTE EXPORT 2023
JOÃO PESSOA - PB

19 E 20
DE JUNHO

#confirmados

Presenças confirmadas no mais importante fórum sobre logística, infraestrutura e transportes da região Nordeste

João Azevêdo
Governador da Paraíba

Roberto Gusmão
Secretário-Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos

Eduardo Nery
Diretor-Geral da Antaq

Felipe Queiroz
Diretor da ANTT

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

BE NEWS

NORDESTE EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/06/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP
EXPORTAÇÃO DE SOJA DO BRASIL EM MAIO ATINGIU 2º MAIOR VOLUME DA HISTÓRIA, DIZ SECEX

Informações: Money Times (2 de junho de 2023)

A exportação de soja do Brasil somou 15,6 milhões de toneladas em maio, o segundo maior volume mensal da história, perdendo apenas para os embarques registrados em abril de 2021, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) divulgados nesta quinta-feira.



Além de uma safra recorde, os embarques da oleaginosa brasileira estão sendo impulsionados por firme demanda internacional que vai além da China.

Conforme dados da programação de navios, até mesmo os Estados Unidos, que estão na segunda posição no ranking da produção e exportação de soja, atrás do Brasil, estão buscando o produto nos portos brasileiros, com os preços pressionados pela colheita abundante atraindo compradores.

O Brasil também vem registrando uma demanda adicional da Argentina, onde a safra sofreu severas perdas por conta da seca — o país vizinho tem uma grande indústria processadora, e importa mais a oleaginosa nesta temporada para atender compradores de farelo e óleo de soja.

A produção brasileira de soja cresceu 23,3% neste ano, para 154,8 milhões de toneladas, segundo dados da estatal Conab, viabilizando os grandes embarques.

Segundo a Secex, as exportações do Brasil aumentaram cerca de 5 milhões de toneladas na comparação com maio do ano passado, após terem atingido volumes expressivos em abril (14,3 milhões de toneladas).

O volume mensal embarcado pelo país só fica atrás da exportação registrada em abril de 2021 (16,1 milhões de toneladas).

Alguns participantes do mercado também citaram déficit de armazenagem no Brasil como fator que favorece os grandes embarques de uma só vez, considerando que muitos produtores por falta de silos não poderiam segurar o produto até obterem os melhores preços.

As expectativas do mercado são de exportações de soja neste ano de mais de 90 milhões de toneladas, patamar também histórico.

Outro destaque das exportações agropecuária do Brasil em maio foi o açúcar, que registrou crescimento de quase 1 milhão de toneladas na comparação com o mesmo mês do ano passado, com os embarques somando 2,47 milhões de toneladas — também foi o maior volume mensal embarcado em 2023.

Em ano em que se espera importante aumento da produção, a tendência é a exportação de açúcar do maior exportador da commodity ganhar ritmo nos próximos meses, em linha com o avanço da safra no centro-sul.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 02/06/2023

UCRÂNIA MANTÉM PREVISÃO DE SAFRA DE GRÃOS APESAR DE MENOR ÁREA PLANTADA

Informações: Money Times (2 de junho de 2023)

As safras combinadas de grãos de primavera e inverno da Ucrânia ainda devem totalizar 44,5 milhões de toneladas este ano, apesar de uma área de plantio reduzida, disse o ministro da Agricultura do país na sexta-feira.

A Ucrânia colheu 53 milhões de toneladas de grãos em 2022.

Mykola Solsky disse à Reuters que a colheita pode incluir 18 milhões de toneladas de grãos de inverno e cerca de 26,5 milhões de toneladas de safras de primavera.

O trigo domina a produção da colheita de inverno da Ucrânia, enquanto o milho representa a maior parte da colheita de grãos da primavera.

O vice-ministro da Fazenda da Ucrânia disse esta semana que a área de semeadura de grãos da primavera pode totalizar 13,5 milhões de hectares este ano. O ministério inicialmente esperava que a área fosse de cerca de 14 milhões de hectares.

A Ucrânia é um grande produtor e exportador de grãos, mas sua produção caiu drasticamente desde que a Rússia invadiu o país em fevereiro do ano passado.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 02/06/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

BNDES FARÁ ESTUDO PARA AVALIAR VIABILIDADE DE EXPLORAR PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS, DIZ MERCADANTE

Presidente do banco de fomento evitou se posicionar favorável ou contrariamente à exploração dos recursos, mas defendeu realização dos estudos e uma avaliação rigorosa por parte do Ibama

Por Vinícius Neder — Rio



Margem equatorial - Mapa Margem equatorial - Mapa Divulgação/Agência Petrobras

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, confirmou nesta sexta-feira que a instituição de fomento participará de estudos sobre a viabilidade econômica da exploração de petróleo e gás na

chamada “margem equatorial”, área em alto-mar que vai do litoral do Amapá à costa do Rio Grande do Norte, incluindo a Foz do Rio Amazonas. A iniciativa foi antecipada pelo colunista Lauro Jardim, na quarta-feira, dia 31.

O presidente do banco evitou se posicionar favorável ou contrariamente à exploração dos recursos, mas defendeu a realização dos estudos e uma avaliação rigorosa por parte do Ibama e ressaltou que, no contexto da transição para uma economia de baixo carbono, o petróleo ainda fará parte da matriz energética “pelo menos nas próximas décadas”.

Margem Equatorial — Foto: Editoria de Arte

Segundo a nota de Lauro Jardim, técnicos do banco estão estudando o caso da Guiana, na mesma região e onde já existe produção de petróleo. Vão também trabalhar em projetos de desenvolvimento sustentável da região, que poderão ser executados com o dinheiro arrecadado com a exploração do petróleo amazônico.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/06/2023

Margem Equatorial

Bacias que compõem a Margem Equatorial Países que já exploram a região

Poços exploratórios da Petrobras

A Petrobras reservou US\$ 3 bilhões no seu plano estratégico de 2023-2027 para perfuração de 16 poços exploratórios na Margem Equatorial



Margem Equatorial — Foto: Editoria de Arte

IRRITADO COM VAZAMENTOS, PRESIDENTE DA PETROBRAS AVISA A CONSELHEIROS QUE ABRIU INVESTIGAÇÃO

Por Malu Gaspar

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, confrontou os conselheiros da companhia na última reunião do colegiado, na quarta-feira (31), avisando que mandou abrir uma investigação interna para apurar a origem de vazamentos de informações sobre o que se passa nos bastidores da empresa. O CEO também ameaçou fazer uma representação à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o xerife do mercado financeiro.



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates
O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates Mauro Pimentel/AFP

Sem citar nomes, Prates afirmou que vai tomar "medidas fortes" para descobrir quem tem passado informações à imprensa – como por exemplo a de que ele disse a alguns conselheiros estimar que a exploração de petróleo na margem equatorial brasileira 'vai sair', publicada pelo blog.

A informação foi apurada com conselheiros que ouviram a "previsão" do presidente da Petrobras e com outros membros do governo que tomaram conhecimento do episódio. Mas, no Twitter, Prates classificou a reportagem como fake news.

A assessoria de imprensa da companhia também confirmou que foi aberta investigação interna para apurar vazamentos. Não há ainda confirmação oficial sobre representação à CVM -- órgão que Prates chegou a ironizar em fevereiro, em uma palestra em Sergipe.

Na ocasião, depois de dizer que "a Petrobras tem uma máquina de proibir coisas", ele reclamou da regra da autarquia que estabelece um período de silêncio a executivos de companhias abertas sobre números e expectativas de negócios. "Vamos falar um pouquinho disso sim, sem comprometer demais", afirmou na ocasião. Se chegar multa da CVM eu mando o Amaro (o anfitrião) dividir comigo."

A notícia sobre a previsão de Prates aos conselheiros não foi, porém, a única publicação sobre a Petrobras a irritar o CEO da companhia nos últimos tempos.

Uma delas foi veiculada pelo Estadão e dizia que o ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia, tinha convocado uma reunião de conselho sem avisar a ele, Prates. O executivo negou o episódio, mas, depois da publicação, a reunião foi cancelada.

A disputa entre Prates e Silveira por influência na Petrobras já provocou alguns ruídos internos. O ministro indicou pessoalmente quatro dos onze conselheiros da empresa. Prates concentrou as indicações de diretores.

De acordo com o relato de conselheiros que me confirmaram ter ouvido o discurso de Prates, o CEO da Petrobras adotou um "tom policiaisco" na expressão de um, "ameaçador", na de outro, e "revoltado", na do terceiro, ao se dirigir aos representantes dos acionistas. "Vou descobrir quem está vazando", afirmou Prates.

A discussão aconteceu no mesmo encontro em que a cúpula da petroleira discutiu as linhas gerais do plano estratégico de negócios para o período entre 2024 e 2028, divulgado na manhã desta quinta.



Análise: Nova política de preços da Petrobras fez bolsa subir porque na prática nada mudou (ainda) Mas embora tenha havido divergências sobre os aspectos do plano entre os representantes dos acionistas minoritários e os do governo, não houve dificuldades em aprová-lo, porque o governo tem maioria e a discussão foi relativamente pacífica.

Mal-estar mesmo, só em dois momentos. Além da interpelação a respeito do vazamento de informações, Prates causou constrangimento generalizado pela ênfase com que defendeu suas nomeações para a área jurídica da companhia: seu assessor direto Cláudio Pinho e o recém-nomeado gerente jurídico, Marcelo Mello.

O primeiro foi investigado por participar de um suposto esquema de pagamento de propina para obter decisão favorável ao padre Robson de Oliveira, ex-reitor da Basílica de Trindade denunciado por um esquema lavagem de dinheiro e apropriação indébita que movimentou cerca de R\$ 2 bilhões em dez anos.

Ele foi flagrado em áudios revelados pelo "Fantástico" conversando com o religioso sobre repassar R\$ 1,5 milhão a magistrados de Goiás. A investigação, porém, foi interrompida pelo próprio Tribunal de Justiça do estado depois que um desembargador considerou que as provas usadas foram compartilhadas de maneira ilegal de outra apuração. O STJ arquivou o processo em definitivo no ano passado.

O segundo executivo que teve a nomeação questionada foi o advogado Marcelo Mello, sócio do ex-diretor da área internacional Nestor Cerveró em uma offshore usada para camuflar a compra de um duplex no Rio de Janeiro.

A compra do imóvel para Cerveró no nome da offshore levou à condenação do ex-diretor da Petrobras a seis anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

A informação, porém, não consta do relatório de duas páginas produzido pela área de compliance da companhia, que afirma não haver impedimento à nomeação do executivo.

De acordo com o relato feito pelos conselheiros com quem conversei, o presidente da Petrobras passou 40 minutos defendendo os dois executivos, que ele afirma serem inocentes e condenados pela mídia sem investigação.

Afirmou, ainda, que conhece os dois há muito tempo e que são pessoas competentes e probas. Apesar das ponderações de alguns conselheiros a respeito do prejuízo para a imagem da empresa que as nomeações podem representar, Prates afirmou que não abriria mão deles porque não se pautaria por "colunistas do Leblon" – referindo-se nominalmente aos colunistas do GLOBO que acompanham a Petrobras mais de perto: além de mim, também Lauro Jardim e Miriam Leitão.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 02/06/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BNDES INICIOU ESTUDOS SOBRE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS, DIZ MERCADANTE

Presidente do banco defendeu 'calma' na questão envolvendo Petrobras e Ibama e sinalizou possível mediação em disputa

Por Gabriel Vasconcelos

RIO - O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou nesta sexta-feira, 2, que o banco iniciou estudos sobre a viabilidade da

exploração de petróleo na Margem Equatorial. Ele pregou calma e, embora não tenha sido enfático na defesa sobre o avanço da atividade exploratória na região, enfatizou o potencial econômico da província petrolífera.

Mercadante também destacou a distância do local onde a Petrobras planeja atuar inicialmente para a costa do País, em torno de 530 quilômetros, o que já havia sido assinalado em declarações públicas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O tema tem dividido o governo ao contrapor Ibama e Ministério do Meio Ambiente, de um lado, à Petrobras e Ministério de Minas e Energia, de outro.

O Ibama negou a licença ambiental para a Petrobras perfurar um poço exploratório no litoral do Amapá, impondo a realização de novos estudos à estatal. Ela mantém uma sonda, navios e pessoal a postos para atuar no local há quase seis meses, a um custo estimado de US\$ 1 milhão por dia, conforme mostrou o Estadão/Broadcast. A força-tarefa está sendo desmobilizada temporariamente.

“Estamos iniciando estudos no BNDES sobre exploração de Petróleo na Margem Equatorial. Vamos aguardar o Ibama, mas essa prospecção é a 540 quilômetros da foz (do Amazonas) e não há histórico de acidentes”, disse Mercadante. Ele fez as afirmações durante entrevista à imprensa, ao lado do governador do Pará, Helder Barbalho (PMDB), e outras autoridades locais, para anunciar pacote de crédito de R\$ 5 bilhões voltado à preparação do Estado para sediar a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30) na capital Belém.

Mercadante lembrou que o petróleo continuará sendo uma fonte presente na matriz energética brasileira nos próximos anos, em que pese esforços de transição e, em dado momento, chegou a advogar pela exploração na Margem Equatorial.



Segundo Mercadante, BNDES vai usar grupo de trabalho junto à Petrobras na interlocução com o Ministério do Meio Ambiente Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

“Essa discussão tem de ser feita com muita calma. Muita gente dizia que não tinha que produzir no pré-sal, mas hoje ninguém questiona. Diziam que o óleo invadiria as praias do Rio, e agora falamos de uma distância menor que a da Foz (do Amazonas).”

Ele disse que o BNDES vai usar o grupo de trabalho que instituiu junto à Petrobras e também a interlocução com o Ministério do Meio Ambiente. “Gerimos um fundo presidido pelo MMA (Fundo Amazônia), com quem queremos aprofundar nossas relações”, disse. Na prática, Mercadante coloca o BNDES como um dos potenciais mediadores dessa relação à frente.

Guiana

Um dos argumentos para o avanço da Petrobras sobre a Margem Equatorial é o desempenho de campos contíguos na Guiana. Sobre isso, Mercadante disse que as reservas descobertas no país vizinho são estimadas entre 11 e 25 bilhões de barris, com uma produção atual de 360 mil barris por dia.

“O PIB da Guiana foi de R\$ 4,3 bilhões em 2015 para R\$ 7,7 bilhões em 2021. Há perspectiva que a Guiana seja o segundo maior produtor de petróleo da América Latina, chegando à produção de 1,6 milhões de barris/dia em 2030”, afirmou.

Sobre o Brasil, ele disse que a hipótese de reservas locais está entre 10 bilhões e 30 bilhões de barris em reservas, o que equivaleria a um potencial econômico de US\$ 2,3 trilhões. “Mas isso ainda é uma hipótese, tem de furar e comprovar.”

Governo do Pará

O governador Helder Barbalho também defendeu equilíbrio na discussão, mas sugeriu que o potencial econômico da província seja verificado.

“Defendemos que, neste momento, não se discuta ser favorável ou contrário. Há de se discutir por meio de pesquisas se há viabilidade econômica e ambiental. Posteriormente, o Estado brasileiro terá de decidir se avança ou não nessa matriz”, disse.

Barbalho afirmou que, se for comprovado que é possível compatibilizar as condicionantes ambientais da exploração de uma bacia a 540 quilômetros da foz do Amazonas, é preciso “dar destino e trazer a alternativa econômica” para o Estado. Embora a primeira perfuração na margem seja planejada para o Amapá, a base da operação da Petrobras está no Pará.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2023

GOVERNO TENTA BARRAR BOMBA DE R\$ 11 BI COM INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS NA DESONERAÇÃO DA FOLHA

Medida incluída pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA) em projeto de lei quer incluir 3 mil prefeituras no programa que reduz contribuição previdenciária de empregadores

Por Mariana Carneiro e Adriana Fernandes

BRASÍLIA – A equipe econômica trabalha para barrar a votação de uma medida que reduz a contribuição previdenciária que as prefeituras pagam na folha de salário dos seus servidores. A desoneração foi incluída pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA) no projeto de lei que prorroga por quatro anos a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. O custo da redução de tributos para as prefeituras pode chegar até R\$ 11 bilhões aos cofres públicos.

Os valores colocaram em alerta a equipe econômica, que agora trabalha para adiar a todo o custo a votação do texto, o que quase ocorreu na semana passada, em uma sessão marcada por forte pressão de prefeitos e sindicalistas.

A medida é considerada um grande “jabuti” pelo governo, com a previsão de perda de receita no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trabalha para aumentar a arrecadação e cortar renúncias fiscais como benefícios tributários para atingir as metas do novo arcabouço fiscal. Pela nova regra, o governo só pode gastar mais se a arrecadação também aumentar.



Senador Ângelo Coronel (PSD-BA) quer incluir 3 mil municípios no projeto de lei que prorroga por quatro anos a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O governo considera que a discussão do projeto só deveria ser feita no segundo semestre, no âmbito da reforma tributária. Pela emenda do senador Angelo Coronel, relator do projeto, a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha das prefeituras cairia de 20% para 8% para municípios com população até 142,6 mil habitantes.

Coronel decidiu incluir 3 mil municípios no programa que reduz a contribuição previdenciária de empregadores. A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Custos

O parlamentar estima que a conta da desoneração dos municípios chegue a R\$ 9 bilhões por ano. É um valor parecido com o cálculo de economistas do mercado financeiro. Já a Confederação Nacional de Municípios estima o valor em R\$ 11 bilhões.



O relatório só não foi aprovado porque, em cima da hora, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu vistas (adiamento), alegando que precisa unificar a posição governista sobre o tema. Representante do Ministério da Fazenda na sessão, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, defendeu que o tema esperasse pela reforma tributária. O argumento não agrada aos políticos, nem aos setores originalmente atendidos.

O projeto de lei foi proposto em fevereiro pelo senador Efraim Filho (União-PB) com o objetivo de estender a desoneração da folha a 17 setores da economia, escolhidos por serem intensivos em mão de obra, como call center e comunicações. O benefício tributário expira em 31 de dezembro e, por isso, setores atendidos mobilizam parlamentares. O custo da extensão da desoneração para esses 17 setores foi estimado pela Receita Federal em R\$ 9,4 bilhões.

O relator diz, em seu parecer, que as prefeituras que se enquadram na desoneração são as que têm população pequena, com arredação insuficiente para bancar suas próprias contas -- e, por isso, são dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essas prefeituras, segundo o relator, precisam de recursos para bancar serviços à população. Na defesa da medida, ele diz que as prefeituras usam de forma intensiva a mão de obra, principalmente de profissionais da saúde e da educação.

Ele incluiu até o Bolsa Família em seus argumentos. O relator argumentou que em 13 Estados há mais adultos beneficiários do programa do que trabalhadores com carteira assinada, e a medida ajuda a empregar mais.

“Não há impacto fiscal ao setor público, pois se trata de um aperfeiçoamento do pacto federativo – a União deixa de arrecadar a contribuição dos municípios, tendo efeito líquido neutro ao setor público”, afirma seu relatório.

Ao Estadão, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que os municípios têm uma dívida de R\$ 190,43 bilhões com a Previdência. “É impagável nem daqui a 3 milhões de anos”, afirmou. O presidente da CNM diz que a economia seria aplicada em saúde, educação, obras, saneamento, geração de emprego e renda e proteção social.

Colega de partido e de Estado de Ângelo Coronel, o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), afirma que o governo não deveria tratar pequenas cidades com grandes capitais, como São Paulo ou Florianópolis.

“Melhor para o governo receber menos do que não receber nada”, afirma. “Se diminuir a contribuição, todos irão pagar, porque o texto do Coronel estipula como compulsório o pagamento, com base no desconto dos repasses do FPM”.

No dia da sessão que quase selou o destino do texto, uma legião de prefeitos baianos encheu a sala e aplaudiu cada fala em defesa do projeto. Neste cenário e com uma eleição municipal à vista, em 2024, nenhum senador levantou ressalvas ao projeto. Mesmo Jaques Wagner, a quem coube paralisar a votação, disse reconhecer o mérito do pedido das prefeituras.

Governistas afirmam que a lista de tarefas na CAE nas próximas semanas pode ajudar a Fazenda a ganhar tempo, uma vez que estão na fila o arcabouço fiscal e a sabatina dos indicados por Lula ao Banco Central. Ainda assim, não veem clima político para barrar a iniciativa das prefeituras.

Procurado desde quarta-feira, o ministério da Fazenda não retornou.

Entenda o que é a desoneração da folha de pagamento

A desoneração da folha de pagamentos foi criada em 2011, durante o governo Dilma Rousseff, para diminuir a carga tributária de alguns setores. A medida começou com poucos setores beneficiados, foi crescendo e, depois, o governo começou a reduzir o número de contemplados, pelo custo elevado da desoneração. Sobraram 17 setores, que hoje contam com o benefício tributário.

A desoneração consiste na substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta da empresa – uma medida que beneficia empresas que empregam mais. Ela permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Em dezembro de 2021, o Congresso prorrogou por mais dois anos a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até dezembro de 2023. Agora, o projeto estende o benefício por mais quatro anos, até 31 de dezembro de 2027. Como forma de compensação pela prorrogação da desoneração, o projeto prevê também a prorrogação do aumento em 1% da alíquota da Cofins-Importação até dezembro de 2027, estimada em R\$ 2,4 bilhões.

O custo da medida com a desoneração foi estimado pela Receita Federal em R\$ 9,4 bilhões. O relator diz que os impactos positivos sobre o mercado de trabalho, emprego e renda da medida superam R\$ 10 bilhões e compensaria o custo. Nessa conta, o relator considera o acréscimo de mais de 620 mil empregos dos 17 setores desonerados em 2022 e o crescimento de receitas e impostos e contribuições.

Veja os setores desonerados: calçados, comunicação, call centers, serviço de tecnologia da informação, serviço de tecnologia comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/06/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

COMEXPORT ASSUME TERMINAL DE VEÍCULOS DA LOG-IN NO PORTO DE VITÓRIA

Estão previstos R\$ 20 milhões de investimentos em bens de capital nos próximos dois anos; duração do contrato não foi revelada

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Porto de Vitória — Foto: Divulgação/Codesa

A Comexport, empresa de comércio exterior com forte atuação na importação de veículos, assumiu o terminal de veículos no Porto de Vitória (ES), que era da Log-in. O contrato da empresa venceu nos últimos dias e a autoridade portuária VPorts (ex-Codesa, que foi privatizada) optou por trocar o operador.

Ao todo, estão previstos R\$ 20 milhões de capex (investimentos em bens de capital) nos próximos dois anos. Os recursos virão do próprio caixa da empresa. A duração do contrato não foi revelada. Além da área que era da Log-in, foi feita uma expansão de outros 4.000 metros quadrados.

A Comexport já atuava no porto, dado que era a cliente exclusiva da Log-in no terminal, explica Rodrigo Teixeira, vice-presidente Comercial da companhia. Agora, o grupo planeja ampliar o escopo da atuação, agregando novos serviços aos clientes.

“O novo modelo vai permitir que a montadora faça uma operação customizada dentro do terminal. Antes, não havia área para armazenar os veículos e fazer o trabalho de checagem, preparação para remoção. Quando o veículo chega ao Brasil, ele precisa passar por checagem da parte elétrica, gravação de chassi, colocação de etiquetas. Agora isso pode ser feito dentro do porto, o que significa redução de tempo para a montadora. Há uma série de soluções novas que poderemos agregar”, afirma o executivo.

Para a VPort, operador privado da Quadra Capital, que assumiu o Porto de Vitória no fim de 2022, este é o terceiro contrato de terminal firmado desde o início da gestão. Os dois primeiros foram com a Technip e a Fortenave.

“Estamos aproveitando as possibilidades desse novo modelo de autoridade portuária. São relações comerciais de negociação direta, em que se pode construir o modelo exatamente como o setor precisa, sem as amarras de contratos públicos, com o prazo, o tamanho e a flexibilidade que o setor precisa. Então, por exemplo, se a empresa quiser, em dois anos, ampliar ou reduzir a área, ela tem essa opção, se quiser incrementar os serviços adicionais ela tem opção. Isso gera flexibilidade e competitividade”, afirma Ilson Hulle, diretor-presidente da Vport.

A Log-in continua presente no porto de Vitória com um terminal de contêineres e carga geral, cujo arrendamento tem vigência até 2048. “Nessa operação nada muda, a empresa continua sendo um player relevante e estratégico, com alto potencial de crescimento em outros negócios. O ponto aqui é que o contrato [do terminal de veículos] se encerrou por uma questão de prazo, e a Vport decidiu por um novo modelo”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 02/06/2023

GOVERNADOR DO RIO AGORA ESPERA SOLUÇÃO PARA GALEÃO AINDA ESTE MÊS

Cláudio Castro diz que Estado não pode ficar refém de operadora do aeroporto, que ainda não respondeu se vai desistir de devolver o ativo para a União

Por Kariny Leal e Fábio Couto — Do Rio



Cláudio Castro: “Ter um dos maiores operadores mundiais saindo daqui não é uma imagem boa para o Rio” — Foto: Luis Alvarenga

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse nessa quinta-feira (1º) que espera apresentar uma definição sobre a concessão do aeroporto do Galeão “na semana do dia 12”. O governo estadual está se mobilizando diretamente por uma solução pela outorga do aeroporto, uma vez que a cingapuriana Changi, dona da concessão, está analisando se revê a devolução do ativo.

O prazo dado pelo governo federal para que a controladora se manifestasse sobre o processo de devolução do aeroporto internacional do Rio terminou na quarta-feira. A RioGaleão pediu para devolver o aeroporto em novembro do ano passado, mas no início do ano sinalizou que poderia desistir da devolução e permanecer com o ativo. A empresa, no entanto, não apresentou a intenção formalmente. Procurada, a RioGaleão disse que não comenta o assunto.

Numa reunião com o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, em 27 de abril, os executivos se comprometeram a apresentar uma resposta em dez dias. Depois, pediram para estender a data até 31 de maio, prazo que expirou sem resposta da concessionária.



“Já passou muito tempo desde a nossa última reunião com a Changi, já demos muito tempo para a Changi dar a decisão final. Chegou a hora de agir e tomar uma decisão, não podemos ficar reféns deles”, disse o governador.

“Já demos muito tempo para Changi dar a decisão final” — Cláudio Castro

Castro disse que tem tentado conversar também com o Ministério de Portos e Aeroportos e sobre a realocação dos “slots” entre os aeroportos Santos Dumont e Galeão. Na visão de especialistas e de autoridades do Rio, o grande número de voos no Santos Dumont reduz a atratividade do Galeão. A proposta do governo do Rio é que o Santos Dumont concentre voos para São Paulo e Brasília.

“O Rio é um Estado multiaeroportos. Se não olharmos essa lógica, vamos ficar fazendo paliativo e enxugando gelo. Outros estados vão acabar aproveitando esse espaço”, disse Castro, após participar do Fórum Brasileiro de Líderes de Energia.

Diante da falta de resposta da concessionária, uma reunião de Castro e Eduardo Paes, prefeito do Rio, com Márcio França foi cancelada. O governo federal também aguarda resposta do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre uma consulta para saber se é possível que as empresas desistam dos processos de devolução em curso - a concessionária de Viracopos também tem um processo de devolução em andamento. Na semana passada, técnicos do órgão apresentaram pareceres divergentes sobre a possibilidade.

Para o governador, uma eventual saída da Changi pode afetar a imagem do Rio. Além do Galeão, o governo do Estado está discutindo a devolução da outorga da CCR Barcas, operadora do transporte de passageiros por barcas entre os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói. “Ter um dos maiores operadores mundiais saindo daqui não é uma imagem boa para o Rio, mas, se for a solução, paciência. Não gosto de ver grandes operadores saindo, mostra incapacidade de fazermos boas concessões.”

Castro disse ainda que a monofasia na cobrança de ICMS sobre a gasolina e o etanol restabelece ao Estado parte de uma receita que havia sido perdida “sem clareza” sobre os efeitos da desoneração fiscal promovida no ano passado. Segundo ele, o Rio perdeu R\$ 5 bilhões de receita ano passado com o corte da alíquota de ICMS de 25% para 17%. Neste ano, a desoneração implicaria perda acumulada de R\$ 10 bilhões. As leis complementares 192 e 194, foram estabelecidas pelo governo Jair Bolsonaro, do qual o governador era aliado, determinando teto de alíquota de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público em 17%, baseado no princípio da essencialidade.

Para Castro, a redução das alíquotas do ICMS no ano passado foi importante para evitar altas de preços e tarifas, uma vez que os combustíveis subiram fortemente por causa da guerra na Ucrânia. Mas ele frisou que a desoneração adotada não foi clara para os Estados. “Eu disse isso na Câmara e no Senado na ocasião [da entrada em vigor da lei complementar que implantou a monofasia] que isso não iria gerar aumento de receita, assim como não gerou”, disse Castro, que estimou que a monofasia reduz a perda de receita do Estado em R\$ 2,5 bilhões por ano.

O governador afirmou que não houve diálogo sobre as perdas que os Estados teriam com a limitação do ICMS. “Quem paga a conta quer ser ouvido. Nós fomos ouvidos [na época da desoneração], mas não fomos escutados”, disse.

Com relação à Light, que pediu recuperação judicial em maio, Castro disse que a empresa precisa se modernizar para evitar furtos de energia, principal problema que causou a dificuldade financeira da companhia. “Concordo com a crítica [de que o Estado deve impedir furtos], mas devolvi com outra. Em um ano de concessão das empresas de saneamento, elas já viram pontos da rede que tinham furtos e resolveram, o que a Light não faz. A culpa não é só do Estado, é partilhada.” (Com Paula Martini)

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2023

LULA COBRA RAPIDEZ DE MINISTROS EM NOMEAÇÕES

Presidente convoca auxiliares ao Planalto em meio a pressão de deputados por cargos
Por Fabio Murakawa, Renan Truffi, Caetano Tonet, João Valadares e Murillo Camarotto, Valor — Brasília



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cerimônia no Itamaraty — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está convocando seus ministros ao Palácio do Planalto para cobrar pressa na entrega de cargos sob responsabilidade de suas pastas a pessoas indicadas por parlamentares. A cobrança ocorre após a dificuldade para aprovar a medida provisória (MP) que reestrutura os ministérios — que foi aprovada ontem no Senado — e em meio a queixas públicas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a articulação política do governo.

As conversas estão sendo conduzidas pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Estiveram nesta quinta-feira (1) no Palácio Marina Silva (Meio Ambiente), Nísia Trindade (Saúde), Márcio França (Portos e Aeroportos), Alexandre Silveira (Minas e Energia), e Esther Dweck (Gestão).

As reuniões devem continuar na semana que vem, uma vez que Padilha viaja com Lula nesta sexta-feira a São Paulo para uma agenda na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo.

Há uma insatisfação generalizada no Congresso com a demora nas nomeações para cargos em estatais. Na avaliação do Planalto, essa é uma das principais razões por trás dos percalços enfrentados pelo governo na relação com os parlamentares, sobretudo na Câmara. A outra é o ritmo lento de liberação de emendas parlamentares. Auxiliares de Lula prometeram acelerar essas autorizações.

Segundo interlocutores do Planalto, porém, Lula não pretende fazer uma reforma ministerial no momento. Os recentes ataques de Lira à articulação política, conjugadas com elogios ao líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), foram vistas no governo como um movimento para colocar o deputado no lugar de Padilha.

Também havia especulações sobre o apetite de Lira por colocar um aliado no Ministério da Saúde, uma das pastas com maior orçamento na Esplanada. Outra especulação girou em torno de uma suposta exigência de Lira pela demissão de Renan Filho, ministro dos Transportes. O ministro é filho do senador Renan Calheiros (MDB-AL), desafeto pessoal e rival político de Lira em Alagoas.

Mas nessa quinta-feira, Lula negou que o presidente da Câmara tenha pedido para indicar ministros no governo. Na avaliação do petista, o político alagoano não tem condições de exigir cargo no Executivo porque seu partido, o PP, não integra a base governista.

Lula fez as afirmações ao deixar o Palácio Itamaraty à tarde, cerca de duas horas depois de o Senado ratificar a decisão da Câmara e aprovar a MP.

“Não [pediu ministérios] e nem poderia pedir porque o PP é um partido de oposição — e tem gente que vota com a gente. O PP já teve ministro no governo PT, já teve dois ministérios no governo da Dilma. Se pedir, a gente vai avaliar, mas até agora nunca ouvi o Lira pedir ministro”, disse a jornalistas.

Sobre a possibilidade de fazer uma reforma ministerial, como forma de estancar a crise política, o presidente disse que só cogitará essa possibilidade se acontecer uma “catástrofe”.

“Não está na minha cabeça fazer reforma ministerial, a não ser que aconteça uma catástrofe que eu tenha que mudar. Mas, por enquanto, o time está jogando melhor que o Corinthians”, brincou.

O presidente, no entanto, tentou minimizar as dificuldades para aprovar a medida na última hora — caso não fosse ratificada ontem pelo Congresso, retornaria a estrutura deixada pelo governo Jair Bolsonaro, com 22 ministérios em vez dos 37 instalados por Lula ao assumir em janeiro.

“Muitos de vocês não acreditavam que a gente iria aprovar a política de reestruturação do governo. Eu ontem ouvi gente dizer o dia inteiro que o governo estaria massacrado, que o governo seria derrotado. E, depois, vocês não sabiam o que falar de noite como é que aconteceu”, afirmou.

A MP passou na Câmara na quarta-feira com um placar folgado: 337 votos a favor e 125 contrários. Na votação desta quinta-feira no Senado, o cenário se repetiu. Foram 51 votos dos senadores pela aprovação da medida e 19 contra. Não houve mudanças em relação ao texto aprovado pela Câmara, o que obrigaria a MP a ser novamente apreciada pelos deputados.

A votação, no entanto, confirma o esvaziamento das Pastas do Meio Ambiente, dos Povos Indígenas e do Desenvolvimento Agrário em relação à proposta remetida por Lula em janeiro. As mudanças foram feitas pelo relator na Câmara, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), por pressão da bancada ruralista e do Centrão. E deixaram contrariadas as ministras Marina Silva e Sonia Guajajara.

A única alteração aprovada no plenário da Câmara em relação ao relatório de Bulhões foi a rejeição pela extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), proposta pelo opositor PL. Esse foi um dos argumentos usados pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PP-AL), para que a oposição aprovasse o texto inalterado.

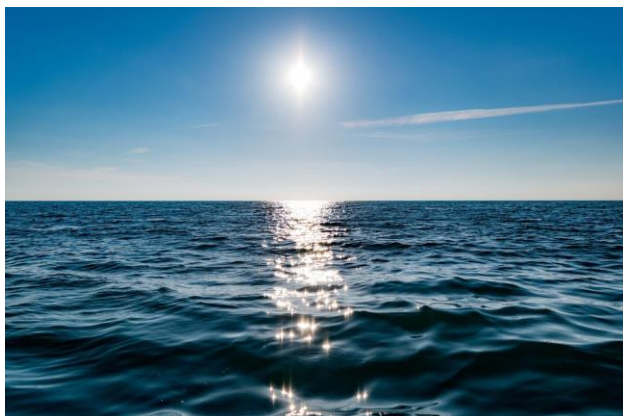
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2023

RIO TINTO VAI INVESTIR US\$ 395 MILHÕES EM USINA DE DESSALINIZAÇÃO DA ÁGUA DO MAR

Projeto está previsto para ser executado na região de Pilbara, na Austrália Ocidental, onde a companhia tem grandes operações de minério de ferro

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo



Segunda maior mineradora do mundo em valor de mercado, empresa vai erguer projeto em porto de Parker Point Pixabay

A Rio Tinto, segunda maior mineradora do mundo em valor de mercado, planeja investir US\$ 395 milhões em usina de dessalinização de água do mar na região de Pilbara, na Austrália Ocidental, onde tem grandes operações de minério de ferro.

A usina, que será construída no porto de minério de ferro da Rio Tinto, em Parker Point, apoiará o futuro abastecimento de água nas operações costeiras da

empresa e em comunidades na região, disse a Rio Tinto.

A unidade terá uma capacidade nominal inicial de quatro giga-litros, mas poderá ser aumentada para oito giga-litros, disse a empresa. A construção, que ainda precisa ser aprovada pelos governos estadual e federal, está prevista para começar em 2024. A usina deve entrar em operação em 2026, disse a empresa.

O investimento de US\$ 395 milhões está incluído nas despesas de capital de sustentação da empresa, disse a Rio Tinto. Segundo a companhia, sua orientação anual de despesas de capital para 2024 e 2025 permanece inalterada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/06/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BRASIL: TOTALENERGIES ASSINA CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO DO BLOCO OFFSHORE DE ÁGUA MARINHA

Da Redação OFFSHORE 01/06/2023 - 22:24



TotalEnergies

A TotalEnergies e seus parceiros Petrobras, QatarEnergy e Petronas Petróleo Brasil (PPBL) assinaram nesta quarta-feira (31) o Contrato de Partilha de Produção do bloco Água Marinha, arrematado no Leilão de Oferta Permanente de Partilha de Produção – 1º Ciclo, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em dezembro de 2022.

Água Marinha é um bloco de exploração de 1.300 km², localizado no pré-sal da Bacia de Campos, ao sul do campo de Marlim Sul e a cerca de 140 quilômetros da costa. O programa de trabalho inclui a perfuração de um poço de exploração firme durante o período de exploração.

"A assinatura para Água Marinha expande nossa presença nessa área promissora do pré-sal da Bacia de Campos, juntamente com nossos três parceiros estratégicos. Estamos ansiosos para explorar o bloco e perfurar o prospecto Touro", disse Kevin McLachlan, Vice-Presidente Sênior de Exploração da TotalEnergies. "O Brasil offshore, com seus recursos significativos de baixo custo e baixa intensidade de carbono, é uma área central para a empresa. Esse bloco, juntamente com as duas concessões do sul da bacia de Santos, obtidas em 2022, reforça ainda mais nosso portfólio de exploração nessa área de alto potencial."

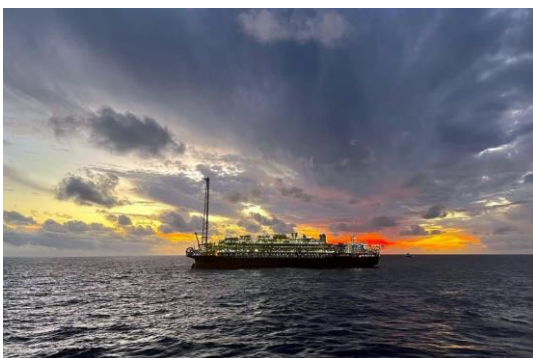
A TotalEnergies terá 30% de participação no bloco, ao lado da operadora Petrobras (30%), QatarEnergy (20%) e PPBL (20%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2023

FPSO ALMIRANTE BARROSO COMEÇA A PRODUZIR NO CAMPO DE BÚZIOS

Da Redação OFFSHORE 01/06/2023 - 22:19



A Petrobras iniciou nesta quarta-feira (31) a produção da plataforma, do tipo FPSO, Almirante Barroso, no campo de Búzios. O FPSO é uma unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência (da sigla em inglês), com capacidade de produzir diariamente até 150 mil barris de petróleo (bpd) e 6 milhões de m³ de gás. O Almirante Barroso contribuirá para a produção de óleo do campo de Búzios, cuja média atual é de 560 mil barris por dia, o equivalente a cerca de 17% da produção nacional.

"Búzios sintetiza o quanto o pré-sal é representativo para a produção da Petrobras, além de ser importante para a segurança energética do país. Até 2025,

quando o FPSO Almirante Barroso estará próximo de sua capacidade máxima e teremos a entrada de outras unidades, a produção do campo deve chegar próximo da marca de 700 mil barris por dia”, declarou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O FPSO Almirante Barroso, unidade afretada junto à Modec, está localizado a 180 km da costa do Rio de Janeiro e opera sua produção em uma profundidade de água de 1900 metros. É a quinta plataforma a entrar em operação no campo de Búzios, onde já estavam em produção as unidades P-74, P-75, P-76 e P-77.

Búzios é o maior campo em águas profundas do mundo e o conceito atual de desenvolvimento contempla 11 plataformas. Atualmente, seis unidades estão em processo de construção (FPSO Almirante Tamandaré, P-78, P-79, P-80, P-82 e P-83). A Petrobras é a operadora do campo com 88,99% de participação na jazida compartilhada de Búzios, tendo como parceiras a CNOOC com 7,34% e a CNODC com 3,67%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2023

PRORROGADO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA PARA TERMINAL NO PORTO DE ITAGUAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 01/06/2023 - 22:16



Primeira audiência pública autorizada pela Agência no ano de 2023 teria seu prazo encerrado no último dia 24

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) prorrogou o período de Consulta Pública nº 01/2023 que analisa os documentos técnicos e jurídicos para a licitação do terminal ITG 02, no Porto Organizado de Itaguaí (RJ). As contribuições seguirão até o dia 11 de junho.

A decisão aconteceu durante a Reunião Ordinária de Diretoria Virtual desta semana. Os diretores acataram os pedidos feitos pelos contribuintes de prorrogação para que haja maior manifestação popular sobre os estudos e minutas do empreendimento.

Vale lembrar que, no dia 19 de maio, a ANTAQ realizou uma audiência pública presencial para tratar do tema. Ao todo, foram aproximadamente dez contribuições na audiência, representando entidades públicas da prefeitura de Itaguaí, associações comerciais e escritórios de advocacia.

O documento que fundamenta a licitação está de acordo com a Resolução Normativa da ANTAQ nº 85/2022 – que estabelece procedimentos para a elaboração e análise de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados.

A expectativa é de que o novo Terminal de Uso Privado (TUP) – que será implantado em uma área de 348.937m² – receba, ao longo da concessão, quase R\$ 3 bilhões em investimentos e aumente a capacidade de escoamento de minério de ferro pelo Porto de Itaguaí, movimentando quase 400 milhões de toneladas ao longo da vigência contratual.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2023

PETROBRAS APROVA DIRECIONADORES DO PLANO ESTRATÉGICO 2024-28

Da Redação OFFSHORE 01/06/2023 - 22:21

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, nesta quarta-feira (31), a revisão dos elementos estratégicos para o Plano Estratégico 2024-2028 (PE 2024-28), bem como o diretor de investimentos (CAPEX) em projetos de baixo carbono para a faixa entre 6% e 15% do CAPEX total



para os cinco primeiros anos do novo Plano. Esta indicação está alinhada às práticas de governança vigentes, ao compromisso com a geração de valor e à sustentabilidade financeira de longo prazo da Companhia.

“Esta aprovação é mais um passo importante na trajetória de transformação da Petrobras. Estamos preparando a companhia para o futuro, para ser uma empresa com atuação nacional e diversificada em energia. Vamos fazer isso preservando a rentabilidade e a sustentabilidade financeira, com segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas. Já reorganizamos a estrutura da empresa, criamos a Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade e agora vamos nos debruçar no detalhamento do novo Plano Estratégico”, destacou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

"Estamos promovendo mudanças com todo o diálogo necessário, seguindo todas as etapas previstas na governança da companhia, e aprofundando nosso diálogo com a sociedade e investidores. Estamos escrevendo o início desse novo capítulo a muitas mãos, como tem de ser", completou o executivo.

Os elementos estratégicos do PE 2024-28 visam preparar a Petrobras para um futuro mais sustentável, na busca por uma transição energética justa e segura no país, conciliando o foco atual em óleo e gás com a busca pela diversificação de portfólio em negócios de baixo carbono, conforme abaixo:

- Visão: “Ser a melhor empresa diversificada e integrada de energia na geração de valor, construindo um mundo mais sustentável, conciliando o foco em óleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono (inclusive produtos petroquímicos e fertilizantes), sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas”.
- Propósito: “Prover energia que assegure prosperidade de forma ética, justa, segura e competitiva”.
- Valores: (i) Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; (ii) Ética e transparência; (iii) Superação e confiança; e (iv) Foco em resultados.
- Estratégias que visam uma contribuição efetiva da Petrobras para um futuro próspero e sustentável:

Exploração e Produção: Maximizar o valor do portfólio com foco em ativos rentáveis, repor as reservas de petróleo e gás inclusive com a exploração de novas fronteiras, aumentar a oferta de gás natural e promover a descarbonização das operações.

Refino Transporte e Comercialização: Atuar de forma competitiva e segura, maximizar a captura de valor pela adequação e aprimoramento do nosso parque industrial e da cadeia de abastecimento e logística, buscar a autossuficiência em derivados, com integração vertical, processos mais eficientes, aprimoramento de produtos existentes e desenvolvimento de novos produtos em direção a um mercado de baixo carbono.

Gás & Energia e Renováveis: Atuar de forma competitiva e integrada na operação e comercialização de gás e energia, otimizando o portfólio e atuando na inserção de fontes renováveis.

Sustentabilidade: (i) Atuar em negócios de baixo carbono, diversificando o portfólio de forma rentável e promovendo a perenização da Petrobras. (ii) Atuar nos nossos negócios de forma íntegra e sustentável com segurança, buscando emissões decrescentes, promovendo a diversidade e o desenvolvimento social, contribuindo para uma transição energética justa e para a formação de especialistas em sustentabilidade. (iii) Inovar para gerar valor para o negócio, suportando a excelência operacional e viabilizando soluções em novas energias e descarbonização.

A proposta de revisão dos elementos estratégicos teve como norteador o comunicado ao mercado de 31/03/2023, onde foram divulgadas seis propostas aprovadas pela Diretoria Executiva a serem

consideradas no Planejamento Estratégico. Essas propostas foram incorporadas ao conjunto de elementos estratégicos com a denominação de direcionadores.

Investimentos de baixo carbono

Alinhado aos novos elementos estratégicos, a Petrobras tem como direcionador a destinação entre 6% e 15% do CAPEX total para baixo carbono (ante 6% no PE 2023-27) a ser confirmado no detalhamento da carteira de projetos que será levada à aprovação final juntamente o novo Plano em novembro de 2023.

O CAPEX de baixo carbono considera projetos em energias renováveis e em descarbonização das operações, que deverão seguir a governança estabelecida na companhia, passando pelos processos de planejamento e aprovação previstos nas sistemáticas aplicáveis, com viabilidade técnica e econômica demonstrada.

A Petrobras reforça que os investimentos devem ser financiados pelo fluxo de caixa operacional da companhia, em níveis equivalentes às suas congêneres, e preferencialmente por meio de parcerias que permitam compartilhar riscos e expertise. Tais projetos deverão buscar o retorno do investimento, redução do custo de capital, fortalecimento da Petrobras como uma empresa de energia integrada, maximizando o valor da companhia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2023

FROTA DE APOIO MARÍTIMO INCORPORA 5 EMBARCAÇÕES

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 01/06/2023 - 21:48



Arquivo/Divulgação

Apesar de 4 dessas novas unidades operarem na bandeira estrangeira, barcos de apoio sob bandeira brasileira seguem totalizando 90%, segundo levantamento mais recente do Syndarma/Abeam

A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras fechou abril com um total de 423 embarcações, cinco unidades a mais do que em março. Em relação a abril de 2022, houve um incremento de 17 embarcações, segundo o relatório mais recente da Associação Brasileira das

Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma). Foram 379 embarcações de bandeira brasileira (90%) e 44 de bandeira estrangeira (10%), ante 378 brasileiras e 40 estrangeiras na posição de março de 2023.

Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 183 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 107 de bandeira brasileira. Cerca de 69 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

De acordo com a publicação, a frota em abril era composta por 45% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 189 barcos, duas a mais do que em março. Outros 19% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores),

que correspondem a 79 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 56 unidades no período (13%), enquanto 25 barcos de apoio eram FSVs (supridores de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 19 PLSVs (lançamento de linhas), 18 RSVs (embarcações equipadas com robôs) e 15 MPSVs (multipropósito). Os demais segmentos de supplies somam uma fatia de 4%.

A Bram Offshore/Alfanave continua sendo a empresa de navegação com mais embarcações, em operação ou aguardando contratação, com 66 unidades (6 são estrangeiras). A CBO, que opera 44 barcos de apoio, todos de bandeira brasileira, segue na segunda posição nesta última atualização. A Starnav vem em seguida, com 42 barcos de pavilhão nacional, conforme no primeiro trimestre.

Segundo o relatório, 25 embarcações de bandeira brasileira faziam parte da frota da Wilson Sons Ultratug em abril, assim como nos três primeiros meses do ano. A OceanPact e a Tranship, ambas com 24 barcos de apoio de bandeira brasileira cada, e a DOF/Norskan com 22 unidades (17 de bandeira brasileira e 5 de bandeira estrangeira) aparecem na sequência. Já a Camorim tinha nesse período 17 unidades em sua frota, todas de bandeira brasileira.

A frota da Bram/Alfanave, segundo o relatório, conta com 46 PSVs/OSRVs, 10 AHTS, dois PLSVs, dois RSVs, dois MPSVs, entre outras embarcações. A CBO é a empresa de apoio offshore que, em abril, tinha mais AHTS: 14 embarcações desse tipo. A Tranship foi a empresa no período com mais embarcações LH/SV: 22 unidades, seguida pela Starnav, com 17, e pela Camorim, com 16.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2023

PETROBRAS TRABALHA PARA AUMENTAR VISIBILIDADE DE CONTRATOS OFFSHORE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 01/06/2023 - 20:04

Divulgação



Próximos bids para suporte a plataformas que iniciam operação entre 2024 e 2027 projetam demanda para 121 embarcações de apoio logístico, 45 de engenharia e 4 flotéis

A Petrobras afirma que vem buscando aumentar a visibilidade das futuras contratações de embarcações de apoio offshore. O objetivo é apresentar ao mercado uma demanda cada vez mais consistente com base em contratos firmes. A gerente-geral de estratégia de contratação, planejamento e parceria de negócios para os projetos de investimentos da Petrobras, Gisela

Macedo, disse, na última terça-feira (30), que a companhia vem trabalhando internamente para ter contratos com o horizonte máximo de firmeza de aprovações e sistemática de projetos, atingindo visibilidade de 3 a 5 anos, a fim de tentar dar um panorama maior ao segmento, que há muito tempo vem pedindo a garantia de contratos mais longos.

Atualmente, a frota que opera para a companhia tem 167 embarcações de apoio logístico, 80 embarcações de serviços de engenharia e 7 UMS (flotéis), com tendência de incremento nos próximos anos. O mercado está atento à previsão de novas licitações que a Petrobras prevê para este ano. Os próximos bids para suporte a plataformas que iniciam operação entre 2024 e 2027 projetam demanda para 170 embarcações, das quais 121 embarcações de apoio logístico (PSVs, AHTS e OSRVs), 45 de engenharia (PLSVs, AHTS, MPSVs, RSVs, DSVs e SDSVs) e 4 flotéis (UMS).

As projeções atuais da operadora, com base no plano de negócios, indicam um incremento de 2023 para 2024. E, olhando as licitações que estão no horizonte, o número de contratações sofreria redução em 2027. A sistemática, no entanto, considera contratos firmes e projetos aprovados, o que



não pode assegurar que haverá redução nesse horizonte. A empresa ressalta que, avaliando as projeções no período 2023-2027, as estimativas apontam para estabilidade nas curvas, com assertividade para demandas médias de 163 embarcações logísticas, 90 embarcações para serviços de engenharia e 6 floteis.

Gisela destacou que a empresa tem todos os FPSOs previstos no plano até 2026 contratados. Para 2027, a FPSO Búzios 11 (P-83) já está contratada e outros três sistemas estão em processo de licitação (Revit Albacora, Seap 1 e Seap 2). “Isso mostra robustez do plano e que já tendo FPSO assinado, todo sistema de desenvolvimento de produção vem junto. Toda necessidade de instalações submarinas, poços, sondas e embarcações vêm atreladas ao plano de negócios”, afirmou durante painel na Conferência Nacional de Direito Marítimo e Portuário promovido pela Comissão do Direito Marítimo, Portuário e do Mar da seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e pela Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário da OAB Nacional.

A Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) atualmente trabalham com projeção de 454 supplies em 2026, com base no plano de negócios da Petrobras e nas novas FPSOs que entrarão em operação nesse horizonte. O último relatório da frota produzido pelo Syndarma/Abeam registrou 423 barcos de apoio em águas jurisdicionais brasileiras (AJB), ao final de abril.

“Estamos numa curva de crescimento consistente nesse momento. Há boa perspectiva de futuro. Vamos torcer para que os planos de negócios da Petrobras e demais IOCs (international oil companies) se concretizem e que o Brasil continue se desenvolvendo através desse setor”, analisou a vice-presidente executiva da Abeam, Lilian Schaefer, no mesmo painel.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 02/06/2023